

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Chicão da Silveira - PDT  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Remídio Monai - PR

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Flamarion Portela - PTC

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Jean Frank - PMN

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Coronel Chagas - PRTB

#### Suplentes:

1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP  
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Chicão da Silveira - PDT

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Marcelo Natanael - PRB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Sargento Damosiel - PRP  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Remídio Monai - PR

## SUMÁRIO

**Atos Administrativos**

Resoluções de Afastamentos nº 558 e 559/2011 2

**Atos Legislativos**

Requerimento de Pedido de Informação nº 007/2011 2

Requerimento de Pedido de Informação nº 008/2011 2

Ata da 2026ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

Ata da 2027ª Sessão Ordinária na Íntegra 5

Ata da 2028ª Sessão Ordinária na Íntegra 11

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO  
Diagramação

## MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS****RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 558/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento dos servidores **MARIA DO SOCORRO PINHEIRO DE CARVALHO, Diretora da Escolegis, PABLO KENNIO ALMEIDA COUTINHO, ALE FG-8, LUIZ GOMES DA SILVA, Agente Legislativo e EDNALDO SOARES DE MENDONÇA, AP-12**, para o município de Rorainópolis, no período de 19.08 a 21.08.2011, aonde os mesmos participarão da entrega de certificados dos cursos realizados no 1º semestre na Unidade da Escolegis daquele município, bem como, do Seminário de Formação Política, com ônus para este Poder, no tocante a 1 e ½ (uma diária e meia) para cada servidor.

Palácio Antônio Martins, 16 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 559/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **MARCELO FERREIRA GOMES**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 17.08 a 20.08.2011, sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:00 horas do dia 17.08.2011, aonde o mesmo estará visitando a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para conhecer o funcionamento de algumas Comissões Parlamentares

daquela Casa, buscando assim novas técnicas para serem aplicadas neste Parlamento, no tocante a 03 (três) diárias.

Palácio Antônio Martins, 17 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**ATOS LEGISLATIVOS****REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO****GABINETE DO DEPUTADO BRITO BEZERRA  
REQUERIMENTO Nº 007/2011**

Ao Exmo. Senhor

**FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima  
Senhor Presidente,

Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso XVII do art. 196, todos do Regimento Interno, requerem a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, **solicitar informações da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA**, para que disponibilize informações referentes à aplicação e investimento dos valores oriundos do empréstimo destinado àquela Companhia conforme autorizado pelo projeto de Lei nº 054/09, no valor de R\$ 148.500.000,00 (cento e quarenta e oito milhões e quinhentos mil reais). Bem como disponibilize todas as informações referentes à comercialização no primeiro semestre de 2011 do Couro Bovino, tais como quantidade comercializada, especificação de compradores, peso unitário, valor venal, etc. E por fim, que disponibilize cópia de todos os contratos firmados entre àquela Companhia e demais fornecedores de serviços e/ou produtos, bem como seus Termos Aditivos, valores, prazos de vigência, e demais informações pertinentes, no prazo do § 3º do art. 209, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2011.

Francisco José **Brito Bezerra**

Deputado Estadual-PP

**Dhiego Coelho** Fogaça

Deputado Estadual---PSL

Francisco dos Santos **Sampaio**

Deputado Estadual- PC do B

**GABINETE DO DEPUTADO BRITO BEZERRA  
REQUERIMENTO Nº 008/2011**

Ao Excelentíssimo Senhor

**FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima  
Senhor Presidente,

Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso XVII do art. 196, todos do Regimento Interno, requerem a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, **solicitar informações da Companhia Energica do Estado de Roraima -CERR** referentes à aplicação e investimento dos valores oriundos do empréstimo destinado àquela Companhia conforme autorizado pelo projeto de Lei nº 053/09, no valor de R\$ 99.228.000,00 (noventa e nove milhões e duzentos e vinte e oito reais), no prazo do § 3º do art. 209, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2011.

Francisco José **Brito Bezerra**

Deputado Estadual-PP

**Dhiego Coelho** Fogaça

Deputado Estadual---PSL

Francisco dos Santos **Sampaio**

Deputado Estadual- PC do B

**ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA****ATA DA 2026ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO.****41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.****= ORDINÁRIA =****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL  
CHAVES.**

Às nove horas do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima

sexta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o senhor Deputado **Ionilson Sampaio** para atuar como Primeiro Secretário *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Proceda à leitura do Expediente.

#### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 013/11, de 15/06/11, do Deputado **Ionilson Sampaio**, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do corrente dia. Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, concedendo a comenda Orgulho de Roraima ao – 2º Batalhão da Polícia Militar – RR e dá outras providências.

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado **Soldado Sampaio**, concedendo a comenda Orgulho de Roraima – ASSEPOC, e dá outras providências.

#### EXTERNOS:

- Ofício nº 1991/11 de 06/06/11, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, comunicando sobre a formalização de termo de compromisso. Solicitação do Senhor Flávio Sátiro Fernandes de João Pessoa – PB. CT N. 144/11.

- Ofício do Gabinete da Presidência/CAER, de 15/06/11, da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, solicitando verificar a possibilidade de alocação no orçamento de investimento do Governo do Estado, para a CAER.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado **Erci**, o Estado de Roraima, de forma talvez não tão célere como se deseja, está se desenvolvendo, e as pessoas vão percebendo o papel institucional das que estão ligadas a qualquer Poder. Por que eu digo isso? Ontem, fui procurado por três pessoas, Deputada **Ângela**, ligadas ao Governo, ou melhor, não ligadas ao Governador, mas ligadas ao Estado, que é impessoal, é uma instituição que, com certeza, vai atuar perenemente. Pois bem Deputado **Mecias de Jesus**, essas três pessoas que são integrantes do governo vieram me dizer que o Governador **Anchieta Júnior** autorizou o STAF do governo a montar um dossiê, Deputado **Jean**, contra o Deputado **Flamarion Portela**. Claro que o meu papel institucional aqui é de fazer crítica ao Governo e não pessoalmente ao Governador. É um papel também institucional. Eleitoralmente as pessoas me elegeram na oposição porque o candidato a Governador que nós apoiamos não foi eleito. E, eu faço o meu papel institucional com muita responsabilidade, sempre apresentando documentos, nunca falando de forma leviana. Pois bem, essas pessoas me revelarem isso de forma contundente, que esses documentos estariam sendo montados, como uma forma de me atacar, e me chamou atenção porque há poucos dias Vossa Excelência encaminhou um requerimento ao ITERAIMA solicitando cópias de documentos e responderam que não poderiam atender porque a despesa com xérox era muito grande. Agora, certamente para tirar xérox da época do meu governo, deve ter dinheiro. Mas, as minhas ações de governo são públicas, estão nos órgãos de controle, nos órgãos fiscalizadores. Eu não fiz nada que esteja escondido e que a sociedade não saiba. Estou dizendo isso para mostrar que estou absolutamente tranquilo quanto a isso, porque é tão legítimo ser oposição, como é legítimo ser situação. Então, quero fazer esse registro e dizer, que lamento Deputado **Coronel Chagas**, pois essa mesma pessoa disse que os meus telefones estão grampeados,

ai já não é algo institucional, é desordem, e a desordem não deve ser considerada. E, ainda me aconselharam para ter cuidado com a minha vida. Ontem fiquei sabendo por fontes, que a Secretária de Trabalho e Bem-Estar Social me xingou, falou algumas coisas indevidas e que, também, o site da SETRABES havia sido retirado do ar para que eu não tivesse conhecimento disso. Mas, não tem jeito, vou mostrar algo agora que era apenas suspeita terça-feira e que agora está provado, não tem jeito, a gente já não consegue alcançar a obscuridade como eles imaginam, a transparência existe, e eu, Deputado **Mecias de Jesus**, busco um pouco na história que todos nós estudamos, exemplos da forma autocrata como as pessoas, às vezes, acham que mandam no Estado. “O Estado sou eu, eu sou o Poder”. Se lembra, **João de Carvalho**, quando um assessor, na época de **Luiz XIV**, disse: “Imperador, o sol já está alto”, e este disse: “que sol, eu sou o sol”. Quem não se lembra da história de **Mussolini**, **Hitler**, **Stalin**. **Mussolini** na Itália, **Stalin** na Rússia, **Hitler** na Alemanha. Recentemente estava lendo um livro, Deputado **Brito**, que destacava a seguinte expressão: “a única diferença entre **Hitler** e **Stalin** é que **Stalin**, antes de matar seus inimigos, lia um livro, e **Hitler** não, ele fazia fogueiras para queimar livros, porque tinha a filosofia de que as pessoas tinham que deletar, não podiam construir formação passada, só a partir do marco da sua gestão”. E o **Hitler**, também era detentor ferrenho da filosofia de que a mentira dita mil vezes se transformaria em verdade. A sociedade está estupefata com os institucionais do Governo que são feitos com o nosso dinheiro para mentir, para dizer inverdades, e disso não vou comungar. Também fiz uma pesquisa recente sobre o Ministro **Celso de Melo** que diz algo muito importante. Abro aspas para o Ministro: “nada se revela mais nocivo e perigoso do que a pretensão dos Estados de reprimir a liberdade de expressão. O pensamento há de ser livre permanentemente livre, e, essencialmente livre”. Eu não sei quando o Governador **Anchieta**, vai entender que ele não é o Estado, ele está governando, o Estado é acima dele, e é superior a ele. O povo delegou temporariamente a ele a função de gerir o Estado, mas com a responsabilidade de de geri-lo bem, e enquanto existir mazelas, nós vamos aqui denunciar. Claro que eu vou ter sim cuidado com a minha vida, pois quero viver, gosto de viver e eu não quero viver atormentado.

Queria mostrar aqui que o Senhor **Ítalo Regis Pereira Aguiar**, marido da Secretária de Trabalho e Bem-Estar Social, tinha 60% do Sistema Boa Vista de Comunicação LTDA. Pois bem, a última alteração foi dia 30 de maio de 2011, aqui está o contrato. Sabem o que aconteceu agora, o Senhor **Ítalo Regis** tem 98% do Sistema de Comunicação e a sua sogra, mãe da Secretária, tem 2%. Aquilo que disse que era conversa circular no meio político, agora tem documentado. Essas duas pessoas são proprietárias da Empresa FACE ENGENHARIA, um tem 97.5% de cota e outro, 2.5%. A mãe e o marido da Secretária de Bem-Estar Social agora tem 100% do Sistema de Comunicação LTDA. Eu, na época, disse que iria atrás, pois não tinha documento. Os documentos chegaram às minhas mãos ontem e aqui estão. Portanto, quero deixar claro que esse é o meu papel, minha missão, e vou procurar fazer o meu trabalho com a maior responsabilidade do mundo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado **Flamarion Portela**, Vossa Excelência, com esse documento que acaba de exibir, deixa claro que o sistema de comunicação foi comprado com o dinheiro do Governo, por assessores do Governo, por pessoas que trabalham para o Governo. Uma obra de seis milhões de reais foi licitada pela mãe da Secretária e pelo marido dela e, em seguida, o marido da Secretária e a mãe viram donos de um canal de televisão. Isso é um absurdo. Lamento profundamente e, aliás, quero aproveitar a oportunidade para fazer dois registros. A Câmara de Vereadores, de Caroebe com cinco Vereadores o que não é permitido pela legislação, afastou um Prefeito por suspeita de corrupção. Parabéns a Câmara de Vereadores, pois eles não se negaram a fazer isso. Em São João da Baliza, a Câmara de Vereadores com seis Vereadores, o que é permitido pelo Regimento Interno e pela Constituição também, afastam o Prefeito que já tinha sido cassado pela justiça por corrupção, ou seja, os Vereadores estão fazendo o seu papel. Esta Casa também tem que se manifestar os Vereadores estão cumprindo com a sua obrigação, esta Casa não se posiciona, não aprova uma CPI, não verifica os desvios de recursos na saúde, na educação, nas estradas. É preciso que esta Casa se posicione. Falando em dossiê, Deputado **Flamarion**, sei que muitos estão sendo montados contra mim. Aliás, falam muitas coisas de mim, se alguém quiser fazer uma CPI da minha administração, aqui na Assembleia, preparem um requerimento que eu

assino. Se alguém quiser fazer CPI sobre a reforma do Prédio da Assembleia, traga que eu assino, como, também, sobre o que quiserem na Assembleia Legislativa. Agora, precisamos ter coragem para fiscalizar o Governo do Estado que está usurpando os cofres públicos. Por que estão atirando na Assembleia e não atiram no Governador? Parabéns Deputado **Famarion**.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** continua. - Obrigado Deputado pelo a parte. Estou tranquilo e ciente do meu dever e procuro cumpri-lo da melhor maneira possível, sempre respeitando as instituições e trabalhando no campo da impessoalidade. Eu, aqui, não fico agredindo Governador, Primeira-Dama ou quem quer que seja, tanto que, no institucional, espero continuar fazendo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos que nos prestigiam. Neste dia quero fazer um esclarecimento aos nossos colegas e a sociedade em geral sobre uma avaliação que eu fiz à respeito da atuação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros em Roraima.

A Defesa Civil vem fazendo um trabalho brilhante, através do empenho dos Bombeiros que têm se esforçado muito para prestarem atendimento às famílias que foram desalojadas. Mas, Senhor Presidente, a realidade é que vivenciamos como a Defesa Civil está muito aquém das suas necessidades. Estive esses dias no interior do Estado de Roraima, onde vários Municípios ficaram isolados, a exemplo, Uiramutã, Normandia, Bonfim e Cantá. A Defesa Civil pelas informações que eu tive, dispõe apenas de três barcos. Nas viagens em que acompanhei a Defesa Civil ao interior, eles estavam utilizando gasolina da PM.

A Defesa Civil estava pedindo ajuda aos Prefeitos para hospedagem e alimentação. Graças a Deus não vivemos uma tragédia aqui como no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, onde durante à noite, de uma hora para outra, as pessoas ficaram desalojadas. Aqui nós estamos há mais de trinta dias alertando sobre a chuva e as águas que vinham subindo aos poucos, inclusive, alertei aqui várias vezes. As pessoas puderam ir saindo das suas casas e salvando suas coisas. A Defesa Civil teve como ajudar porque foi uma tragédia anunciada. Infelizmente, a nossa Defesa Civil não está preparada para atender uma situação mais grave que possa vir acontecer. Eu quero aqui é alertar aos Senhores Deputados para que possamos buscar Emendas, através de nossos representantes federais, para ajudar a Defesa Civil daqui para frente. Oxalá que não aconteça mais nenhuma tragédia em Roraima, mas se voltar a acontecer, que tenhamos uma Defesa Civil um pouco mais estruturada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Eu queria corroborar com o seu discurso no tocante a essa situação que Vossa Excelência apresenta. Realmente, todos os anos aqui no Estado de Roraima ou é enchente ou são as queimadas. É bem certo que o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil deveriam estar mais preparados no tocante à materiais e equipamentos, tendo em vista que, todos os anos acontecem esse tipo de tragédia, mas, na realidade, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, que é coordenada pelo Corpo de Bombeiros, se encontram numa situação não muito confortável porque, até como Vossa Excelência falou, os caminhões do Corpo de Bombeiros que fazem o combate a incêndios têm em média 15 anos. Falta todo tipo de equipamentos. Agora, nessas enchentes, nem os Bombeiros nem a defesa civil tinham embarcações. Só existem, hoje, no Corpo de Bombeiros 06 cilindros de oxigênio. Quer dizer, aconteceram durante esse período alguns incidentes e acidentes em que houve a necessidade de se deslocar duas ou três equipes de salvamento ou de busca aquática, sendo que numa busca aquática, no mínimo são usados nove cilindros de oxigênio. Então, hoje os bombeiros, realmente estão sem material e equipamento, não estão preparados nem para enfrentar uma situação dessas que nós vivemos, nem para enfrentar queimadas. Agora, há 15 milhões no Estado. Por que o Governo do Estado não prioriza para equipá-los, tendo em vista que o ano que vem se repetirão com mais ou menos intensidade as enchentes. O ano que vem vai haver queimada com maior ou menor intensidade, como foi a de 98. Isso acontece todos os anos. Então, acho que os Bombeiros, hoje, deveriam estar mais preparados.

Agora, eu quero elogiar o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil no tocante ao pessoal. Realmente, hoje, o Corpo de Bombeiros só tem no seu efetivo 259 bombeiros. E, conheço muitos militares que estão a 40 dias no Corpo de Bombeiros, só vão para casa meia-noite e às seis horas da manhã estão de volta novamente. E, muitas vezes, nem vão para casa. Então, estão de parabéns a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros pelo esforço de tentar resolver os problemas que surgiram, mesmo sem

apoio, sem equipamentos, sem viaturas. E, Vossa Excelência está de parabéns por trazer essa preocupação. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** continua. – Ao mesmo tempo em que a enchente aconteceu no Rio Branco em Caracará, aconteceu no Rio Cachorro, na 432 aqui no Cantá, no Baruana, no Rio Tacutu, sentido Normandia, no Rio Anauá, além da enchente do Beiral. Imaginem se com três barcos a Defesa Civil tinha como atender essas emergências. O que aconteceu? As pessoas que possuíam barcos nessas regiões improvisaram para atender aqueles que precisavam ir e vir no Rio Cachorro, no Cantá, no Baruana, no Rio Tacutu, sentido Normandia, no Rio Anauá. Pessoas que possuíam pequenas canoas, voadeiras improvisaram para atender os alagados correndo risco de pessoas idosas, crianças caírem na correnteza e causar uma tragédia. O que aconteceu na balsa de Caracará? Um particular colocou a balsa dele à disposição, cobrando caro, mas a colocou à disposição e isso foi à solução para travessia de algumas ambulâncias, viatura, caminhões de combustível, medicamentos. Só depois de cinco dias chegou uma balsa do governo e ainda chegou com um rebocador que não dava conta de empurrar. A Defesa Civil foi socorrida pela PETROBRAS, que por acaso tinha uma balsa com rebocador naquele momento e ajudou a balsa da Defesa Civil a atravessar as carretas com medicamentos, combustível, perecíveis. Felizmente a nossa Defesa Civil, os Bombeiros são heróis, não estão de mãos abanando para enfrentar os problemas do dia a dia no nosso Estado de Roraima. Eu me comprometo na minha próxima Emenda, com a Defesa Civil a equipá-los melhor para evitar que, mais uma vez, venhamos a passar por esse desespero que passamos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Deputado Remídio Monai, vosso pronunciamento, com certeza, é de interesse de toda a sociedade roraimense, reforça o que nós já havíamos falando aqui há algum tempo sobre a necessidade de adequarmos de dotarmos os órgãos de segurança pública e de defesa social do nosso Estado com orçamento adequado para que possam cumprir sua missão. Isso que aconteceu agora, a falta de recursos, de material, de equipamentos é uma realidade não só no Corpo de Bombeiros que faz a defesa civil em parceria com os outros órgãos de Segurança Pública e de defesa social.

Então, não temos que fazer as nossas Emendas, mas, também, temos que adequar o orçamento desses órgãos, porque se nós estamos passando por isso hoje, é porque é uma calamidade que vem acontecendo há tempos. Se acontecer de um dia para o outro, ficará difícil de resolvermos. Nós temos, agora para os próximos dias, a oportunidade de discutirmos a LDO e, no segundo semestre, a LOA, Lei de Orçamento Anual. Então, é neste momento que nós podemos dar a nossa contribuição para dotarmos os órgãos envolvidos como: Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, SEJUC, DETRAN de equipamentos para que possam preparar seus recursos humanos para cumprir com a sua missão.

O Senhor Deputado **Xingu** – Quero saudar o Presidente, Deputado **Chico Guerra**, demais Deputados e a platéia. Quero dizer que uso a tribuna para esclarecer algumas coisas.

Início dizendo que Santos Dumont sonhou que uma máquina mais pesada que o ar pudesse voar. Renner Ford sonhou que um carro pudesse andar, em uma época em que nem estrada havia. Tudo isso aconteceu, tudo isso se materializou, e eu sonho que esta Casa, este Poder tome o rumo que todos desejam que ele tome.

Quero reportar-me a essa matéria da Folha de Boa Vista, cujo teor não é verídico. Quero dizer que nunca houve nesta Casa uma reunião voltada para destituir a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. É preciso ter coragem para falar as coisas.

Fico muito feliz com o Deputado **Mecias de Jesus**, que acabou de dizer que assina o Requerimento para realizar a CPI da reforma deste prédio, e a CPI da saúde. Se Vossa Excelência assinar a CPI da reforma do prédio eu assino a da saúde. É preciso dar luz aquilo que falamos e cumprirmos o que falamos, e eu, independente do Governador Anchieta Júnior, e de quem quer que seja, não me eleji pelos braços do Governador, nem pelos braços do Governo e nem pelos braços da Assembleia Legislativa. Eu me eleji pelos meus próprios méritos, sou um Deputado independente e não sou canoa. Que vendam outros Deputados, mas não vendam o Xingu. Fui eleito pelo voto soberano do povo de Roraima. É preciso acabar com essa coisa de três ou quatro Deputados dominarem esta Casa e este Poder. Nós vamos dar um basta nisso!

Deputado **Erci de Moraes**, Vossa Excelência é Corregedor desta Casa. Ontem, um Deputado me disse que eu estava faltando com o decoro. Pelo contrário, eu nunca faltei com o decoro, faltar com o

decoro é roubar o dinheiro público, isso sim é falta de decoro, e eu não estou fazendo isso! Então, eu quero deixar registrado aqui, que tenho muita fé que possamos fazer um grande mandato, ajudar a sociedade e o Governador a melhorar a Saúde Pública, a Educação, a Agricultura e a Segurança, independente de qualquer Governador que esteja no Poder. Nós precisamos apoiar o Governo que acredito no Estado, que se doa para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Estou aqui para defender arduamente o meu ponto de vista, e dizer que nunca ocorreu o que se publicou na Folha de Boa Vista. Vossa Excelência é meu Presidente. Eu votei em Vossa Excelência. Esse tipo de intriga é para poder desestabilizar este Poder. É preciso que tenham Deputados corajosos e venham aqui defende-lo.

Os fofoqueiros ganham dinheiro para fazer fofocas porque não sabem fazer outra coisa há não ser viver da própria fofoca. Esses vão passar fome agora.

Eu estou feliz com o pronunciamento do Deputado **Mecias de Jesus**. Ele é muito forte quando fala. Estou muito feliz em saber que todas as coisas não passam de mera fofoca. Eu gostaria do fundo do meu coração, que Vossa Excelência não se abalasse com isso, com coisas pequenas com a intenção de desestabilizar a Assembleia Legislativa. Nós somos muito mais fortes que isso, se não fôssemos não estaríamos aqui como Deputados para defender os direitos do povo do Estado de Roraima. Somos muito mais forte do que as fofocas inventadas para desestabilizar a Mesa Diretora, porque temos compromisso com o mandato e com a soberania do povo deste Estado que tanto amo. Quero deixar registrado que eu não sou de falar nos corredores aquilo que não posso falar em público. Quem me conhece sabe que não sou de falar nos corredores. Eu quero aqui defender o meu voto e votei em Vossa Excelência. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Deputado, eu não me preocupo com isso. Eu me preocupo com a clarividência das pessoas que fazem à imprensa, pois ninguém falou comigo a respeito do que saiu aqui. Saiu que o Deputado Chico Guerra, disse que está tranqüilo. Temos problemas? Temos! Tenho mais de 20 anos neste Parlamento e sei para onde a água corre, para onde o vento assopra, sei como isso tudo se resolve. Portanto, é tudo questão de paciência, acomodação, o que quero dizer, é que Assembleia nunca trabalhou como está trabalhando agora. A Assembleia nunca esteve tão perto do povo como está agora, e não vai ser meia dúzia de pessoas que estão insatisfeitas, que irão atrapalhar o que estamos fazendo. Vamos continuar o que estamos fazendo, quem quiser denunciar por escrito que vamos tomar todas as providências. Tudo que foi denunciado deve vir por escrito para o Presidente, se eu não tomar as providências, aí sim, corro o risco de sair daqui. É a única forma que tem que destituir a Mesa e que a gente faça algo de grave, eu não me recordo durante esses 20 anos que tenha feito algo que possa sequer chegar perto de uma situação dessa natureza. Portanto, se quiserem abrir uma CPI, façam pó escrito que a Presidência não fará nenhuma objeção, como nunca fez até agora em nenhuma das denúncias feitas por esta Casa.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, quero usar esse Expediente não para entrar na celeuma colocada aqui em Plenário, mas, como fui também mencionado no jornal nessa mesma coluna que tratou de Vossa Excelência, gostaria de me posicionar, também, dizendo que fiquei impressionado e surpreso com o que foi dito hoje no jornal. Não participo e não participei, não tenho nenhuma vocação e não apoio nada nesse sentido. Não tenho vocação para dar golpe em busca de nenhum tipo de cargo. À tarde eu encaminharei à coluna os esclarecimentos necessários. Espero que a mesma publique do mesmo jeito que teve a coragem de publicar as mentiras, que tenha a coragem de publicar a verdade porque, se nós temos a certeza que faltou a essa colunista o bom senso na hora de publicar essa nota, nós temos a certeza que faltou o senso do ridículo, porque trazer ao jornal afirmações como essas que foram feitas na coluna, extrapola qualquer senso de ridículo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, acredito que a imprensa faz um papel importante, interessante. Mas, é preciso que se cheque melhor essas informações. Por outro lado, Senhor Presidente, nós entendemos que, talvez, notícias desse tipo sejam porque já houve precedência nesta Casa de se destituir a Mesa Diretora, não por causa de problemas internos na Assembleia, de gestão, ou de administração, Vossa Excelência tem feito uma administração transparente, participativa. Acho que a Assembleia tem que ser isso, aberta para os órgãos de controle e de fiscalização. Enfim, todas as informações são prestadas

aos Deputados, mas já houve precedência de destituir Mesa Diretora por causa de problemas políticos, e não administrativos e de gestão. Quem não lembra que o Deputado **Edio** foi destituído do cargo de presidente, e foi empossado o ex-Deputado **Berinho Bantim** apenas para se fazer uma arrumação política. Talvez porque houvesse esses precedentes, fatos anteriores. E diante dos problemas do quadro político do nosso Estado, das ações judiciais de cassação contra o Governador do Estado, enfim, contra uma série de políticos, é que se cria esse clima que a imprensa noticiou. Não sei aonde conseguiram essas informações, que têm esse fundo infiel de captação de notícias. E sabe se lá, Presidente, se amanhã o Governador for caçado e ele não possa mais recorrer, Vossa Excelência é que seria o Governador até haver novas eleições, de acordo com que a justiça decidir. Então, não se engane. Deus queira que seja isso, que não haja um fundo de verdade nisso, porque eu nunca vi ninguém desta Casa comentar sobre esse assunto. Acredito que nenhum dos seus colegas fez isso, mas, diante desses fatos políticos e do problema político que estamos vivendo hoje, Deus queira que seja só fofoca. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu participei daquele fato na época, por isso que eu disse quer sei para onde a água corre, e para onde o vento sopra. Só se tira o Presidente, se ele quiser sair, ou então, se ele fizer algo de muito grave.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, em nosso pronunciamento de terça-feira, eu concluí formulando votos, o desejo ardente, das autoridades, da classe política, enfim, daqueles que comandam Roraima, se tivéssemos maturidade suficiente para distinguirmos o interesse particular e pessoal dos interesses maiores do Estado de Roraima, lamentavelmente, o que hoje se verifica na imprensa, e que me parece uma coincidência de ser ou não, pois sou daqueles que admiro a imprensa, elogio o seu papel toda vez que tenho oportunidade, mas tenho consciência que há exagero. Vejo divulgarem com muita intensidade desde ontem que agora serão retomadas as cassações. É uma coincidência que me chama a atenção. Como querem reviver aquela situação de instabilidade que esse Estado já viveu? O que precisamos é que os homens públicos, a imprensa e a sociedade entendam que é de paz e tranqüilidade que precisamos para que funcionem plenamente os poderes desse Estado. Que o Executivo possa trabalhar e cumprir sua missão com determinação. Que o judiciário cumpra plenamente sua função de julgar os processos pendentes e que o legislativo possa continuar fazendo o seu papel. Me atrevo a dizer que participei, da cassação do Deputado Edio, indesejado da forma que ocorreu, mas superamos essa fase, estamos no Século XXI com outra mentalidade. É esse o apelo que gostaria de deixar a todos, quanto possam ouvir, de que, vamos trabalhar, superar a tragédia recente, nessa situação de calamidade pública, vamos fazer proposições concretas nesta Casa. Na próxima semana, quero fazer um pronunciamento nesse sentido, e concito aos meus colegas a pensar no futuro do Estado, no que queremos deixar aos nossos filhos e não ficar alimentando, cada vez mais essas querelas que no fundo, são de conotação pessoal. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queria fazer uso de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 21, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coêlho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingu, Jean Frank, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Sargento Damosiel.**

Aprovada Ata Sucinta em: 21/06/11

**ATA DA 2027ª SESSÃO, EM 21 DE JUNHO.**  
**41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**  
 = ORDINÁRIA =  
**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.**

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e um de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Marcelo Cabral**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) - Procedo à leitura do Expediente.

#### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Requerimento nº 001/11, do Deputado **Flamarion Portela**, requerendo o desarquivamento do Projeto de Lei nº 066/08, de sua autoria.

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado **Flamarion Portela**, sustando processo de contratação pelo Poder Executivo Estadual da obra de construção do Centro Social Educativo para Adolescentes em Boa Vista.

- Proposta de Moção de Pesar ao povo maranhense pelo falecimento do Deputado **Luciano Moreira**, de autoria do Deputado **Gabriel Picanço**.

- Projeto de Lei nº 28/11, do Deputado **Gabriel Picanço**, dispondo sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 e dá outras providências.

#### EXTERNO:

- Ofício nº 2369/11, de 14/06/11, encaminhando cópia da decisão proferida nos Autos 0010 11 007627-9, referente à "Operação Alvorada", para conhecimento e providências cabíveis ao caso.

- Ofício nº 493/11, de 14/06/11, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre os Termos de Convênio que foram assinados.

- Ofício nº 132/11, de 15/06/11, da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhando o Anteprojeto de Lei que dispõe acerca de alterações do Quadro Pessoal dos cargos de Provimento Efetivo e Comissionado do Ministério Público.

- Ofício nº 133/11, de 15/06/11, da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhando o Anteprojeto de Lei que dispõe acerca de alterações e acréscimos à Lei Complementar nº 003/94.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) - Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos que nos prestigiam nesta manhã. Há um bom tempo eu venho tentando externalizar alguns aspectos nos mais de 20 anos em que vivo em Roraima. Antes, como técnico, participando em quase todos os governos que se sucederam no jovem Estado de Roraima e aqui e a colar contribuindo, mas, também, ao longo do tempo colhendo frustrações. Por isso, reunir alguns dados, enfoques que quero externalizar para, quem sabe, servir de subsídio para que possamos aqui enriquecer os nossos debates parlamentares.

Há cerca de trinta anos venho cultivando a fé no futuro de Roraima, venho trabalhando em parceria com inúmeras pessoas dos mais diversos segmentos, para que as potencialidades finalmente se transformem em oportunidade e para que o destino desta amada terra se realize. São décadas de crenças, esforços e dedicação, permeadas pela esperança, por realizações e, também, por decepções.

Afinal, a última fronteira do desenvolvimento agrícola do Brasil ainda não se consolidou! Roraima, Brasil do hemisfério Norte, Amazônia Setentrional, terra de lavrados, dessas belas savanas a perder de vista, propícias à agropecuária, sem agressão ao meio ambiente, ainda é uma promessa!

E promessas repetidas à exaustão podem se transformar em promessas vãs.

Promessas nas quais se deixa de acreditar, que se transformam em discursos vazios, vazios de significado, consistência e intenção.

Nessas décadas, vi bons projetos nascerem e serem descontinuados, dando margem para que a pecha de "Roraima - a terra do já teve", ganhasse força.

Assim, além de não conseguirmos construir o futuro sonhado,

materializamos um passado de derrotas e lamentações. E, não há nada mais deletério para um ideal de desenvolvimento que a descrença e o ceticismo daqueles que de tanto apanhar, não querem mais lutar.

Nesse mesmo tempo, Rondônia saiu do anonimato e se tornou uma potência econômica, em que pese o passivo ambiental a cobrar reparações.

Tocantins sequer existia, era um grão esquecido no norte de Goiás e veio a ser um lugar próspero, onde empreender está na alma da sociedade, onde ao invés de "ver para crer", impera o "crer para ver".

Em outro extremo, o Acre soube superar o atraso e a ignorância e aprendeu a atuar coletivamente em prol do desenvolvimento sustentável.

Exemplos animadores também vêm do Amazonas e do Amapá, tudo isso em nossa própria região, em sociedades que enfrentam desafios semelhantes aos nossos.

Por que o desenvolvimento não aconteceu em Roraima? Por que análises abalizadas classificaram nosso Estado como economia cronicamente estagnada?

O que faltou para que a prosperidade acontecesse?

Houve um tempo em que se cultivava a falta de estradas pavimentadas, em especial de uma boa rodovia ligando Boa Vista a Manaus. Pois bem, a estrada foi asfaltada e o progresso não veio.

Devo dizer, relativamente, que a argumentação que faltou foi a conservação adequada ao longo do tempo, prejudicando e onerando os transportes, porém, nada que inviabilizasse a conexão rodoviária.

Conquistou-se a ligação rodoviária, e a explicação para o insucesso recaiu sobre a falta de energia firme e confiável, posto que nossa energia provinha de usinas termoeletricas antigas, sujeitas a frequentes blecautes.

Obtivemos a segurança almejada mediante a interconexão elétrica com a Venezuela, instalando-se o Linha de Guri, energia estável de origem hidroelétrica.

Pode-se argumentar que continuamos enfrentando o risco característico de um sistema isolado, desprotegido no caso de imprevisíveis falhas operacionais.

Pode-se dizer que ser abastecido pela Venezuela é sofrer ameaças permanentes, decorrentes da instabilidade política do país vizinho, contudo, temos energia disponível para produzir há mais de quinze anos, e continuamos patinando.

Com estradas e energia, certamente fatores imprescindíveis para se deflagrar o vigoroso processo desenvolvimentista, porém, sem que essa transformação se materializasse, a justificativa para o marasmo centrou-se na insegurança jurídica de terras sem título.

Centrou-se nas muitas arbitrariedades perpetradas contra milhares de produtores em sucessivas demarcações de terras indígenas e áreas de preservação ambiental. Enfim, na falta de regularização fundiária.

Pois bem, parafraseando Churchill, à custa de "sangue, suor e lágrimas", a União finalmente admitiu transferir terras para o Estado, aumentando substancialmente o estoque de terras disponíveis para a agropecuária.

Entretanto, ainda assim, não se percebeu um novo alento, um sopro de prosperidade.

Temos terras, energia, estradas, duas Zonas de Processamento de exportação em perspectiva, um mercado que se alarga, porém, a economia do "contracheque" ainda predomina.

A demonstração cabal dessa dependência dos empregos públicos e da capacidade de investimentos dos governos ocorre atualmente.

Com as finanças do Estado e da Capital combalidas, as vendas no comércio despencaram, a já frágil indústria local está cambaleante e o setor rural à míngua.

Continuamos, lamentavelmente, movidos predominantemente a recursos públicos. Somos viciados em dinheiro público, herança dos tempos de território, em que quase todos, de uma forma ou de outra, eram "dependentes químicos", permitam-me dizer, de "goveína"!

Em síntese, ou o sujeito era empregado ou fornecedor do governo. A verdade nua e crua é que insistimos em não querer mudar esse estado de coisas.

Vivíamos numa "ilha de fantasia", de pleno emprego e de fornecimento garantido e não aceitamos a perda dessa condição privilegiada que se deu a partir de meados da década de noventa, nos estertores do território e do nascimento do Estado.

Contraditoriamente, contribuiu para esse estado de coisas a própria institucionalização do recém criado Estado, a onerar em demasia a máquina pública.

A obrigação de gradualmente assumir novas responsabilidades, de criar seu próprio quadro de servidores, de

correr atrás do vertiginoso crescimento populacional, construindo mais escolas, postos médicos, delegacias, estradas e pontes, asfixiou os governos do Estado e dos Municípios.

Asfixiou os governos, tanto na cobertura das despesas de custeio como na capacidade de investimento. Era uma tragédia anunciada, uma bomba-relógio cada vez mais próxima da explosão!

Se por um lado as despesas públicas não pararam de crescer, as receitas não as acompanharam na mesma proporção. Afinal, o fomento à atividade produtiva não foi, ao longo dos anos, sistemática e consistentemente uma prioridade estruturada pela ausência de políticas públicas voltadas para um programa de desenvolvimento sustentável de agronegócio, vocação natural de Roraima, visando aumentar a receita estadual, além de geração de emprego e renda.

Ora, a produção, seja na agricultura, na pecuária, na atividade florestal e na indústria só acontece quando há um rumo, uma direção a ser perseguida com tenacidade, perseverança e determinação.

Como consequência, a dependência quase exclusiva de recursos federais resulta num orçamento insuficiente para prover áreas prioritárias como saúde, educação e segurança. Portanto, não é justo culpar somente o Governo atual que herdou de seus antecessores as consequências de políticas equivocadas de cunho assistencialista.

Esses tributos, encontrados individualmente em algumas lideranças e empreendedores, jamais constituíram uma virtude coletiva, um traço de nosso caráter social, comprovando que nos falta enraizar uma cultura baseada na assertiva atribuída ao filósofo Confúcio de que “é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”.

E assim, viciados em “goveína”, sem êxito no propósito de forjar sentimento de coletividade, sofrendo pela descontinuidade administrativa e pelo apetite desmesurado dos governos em ampliar o tamanho da máquina, desproporcional à dimensão da economia, experimentamos o inevitável.

A fórmula da economia do “contracheque”, que funcionou durante tanto tempo, envenenando a sociedade na ilusão da eternidade, finalmente mostrou sem quaisquer disfarces sua cara perversa, desnudando a incompetência, sempre escondida no véu das desculpas para as coisas que nunca dão certo!

Ah! Poucas coisas são tão prejudiciais como a boa desculpa, a “desculpa verdadeira”, aquela que é capaz de explicar sem justificar. E assim, cá estamos nós, na tarefa modernizante de continuar a buscar culpados para nossas mazelas.

Certamente, há bons candidatos a “vilão do momento”. Em primeiro lugar, a persistente falta de crédito barato e facilitado para a produção, à bem da verdade sendo atenuada com a regularização fundiária que, pouco a pouco proporciona as garantias exigidas pelos bancos.

Outros problemas gritantes são: a falta de eficaz assistência técnica e extensão rural aos produtores; a ausência de política planejada de compras governamentais; e, sobretudo, a ausência de governos que funcionem a contento nos vários planos – federal, estadual e municipal.

Essa situação, que se arrasta de forma contumaz, responsabiliza governos sucessivos, em diversos níveis, pela manutenção de ambiente ruim para os negócios, governos que não foram capazes ou não tiveram a vontade política suficiente para reverter uma tendência histórica.

E assim nobres parlamentares, chegamos ao fundo do poço! Estamos na escuridão, imersos em atmosfera pesada de medo e depressão. E, mais uma vez, retornamos à pergunta que não quer calar: Por que, Bom Deus, não fomos bem sucedidos?

Talvez parte da resposta resida exatamente nessa predisposição silenciosa de esperar algo “que caia do céu”, por “salvadores da pátria”, roraimense que produzem o “milagre do crescimento”.

Contudo, quem faz a apologia dos milagres se esquece ou não sabe que os ditos milagres são consequências do único fator que assegura, sustentavelmente, o desenvolvimento: Muito trabalho de todos, na mesma direção!

Essa é uma força diretriz das sociedades bem sucedidas, ancoradas em princípios que se expressam no comportamento prático da maioria de seus cidadãos e se refletem na conduta de governantes, parlamentares, juízes, serviços públicos em geral: ética, integridade, amor ao trabalho, espírito de superação e orientação para resultados. Virtudes que emanam do povo e são transferidas para os poderes públicos.

Assim, novamente é validado o célebre ditado: “Cada povo tem o governo que merece”. Por isso, melhorar os governos, esta Casa, as instituições de um modo geral, é responsabilidade do povo, não apenas no dia da eleição, muito embora seja aquele um momento decisivo. O povo é, potencialmente, o grande fiscal da gestão pública.

Imbuído desses sentimentos nobres da ética, integridade, amor

ao trabalho, espírito de superação e orientação para resultados, sentimentos que precisam ser desenvolvidos individualmente, incorporados coletivamente, ensinados e aprendidos dia após dia, o povo fará a diferença!

Fará a diferença mudando o modo de ser e de agir de governos, elegendo melhor, depondo democraticamente nas urnas quem não é digno de confiança!

Fará a diferença demonstrando cotidianamente sua vitalidade, ao manifestar um sentimento essencial dos homens e mulheres de caráter: a capacidade de se indignar diante da injustiça, da vilania e da perversão!

Fará a diferença acreditando no seu talento, botando “mãos à obra” no trabalho diuturno sagrado da livre iniciativa ou do emprego digno e responsável, produzindo e gerando resultados!

Alcançar esse objetivo requer grande esforço de todos aqueles que têm boa vontade, fibra e discernimento.

É a educação para os valores humanos, a educação para a ética, a educação para o trabalho, a educação para o desenvolvimento sustentável!

Nobres parlamentares, minha tese está centrada naquilo que considero ser a semente da prosperidade: O trabalho honesto e, incansável de todos os atores do desenvolvimento integrado em propósitos comuns.

Para que possamos refletir melhor sobre diversas considerações, dividi a apresentação em dois pronunciamentos. Na segunda parte do discurso, tratarei do tema “familismo amoral” e de seus efeitos danosos sobre a capacidade dos cidadãos e da sociedade em realizar o “destino manifesto” de Roraima:

Desenvolvimento sustentável em benefício de todos, qualidade de vida e felicidade, segurança social e dignidade, tudo decorrente de nosso esforço bem comum e de nosso trabalho árduo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nós resolvemos trazer esse assunto a Tribuna hoje, porque acreditamos ser um assunto de maior relevância para o nosso Estado. Nós estamos aqui com o relatório de auditoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, realizado na ADERR – Agência de Defesa do Estado de Roraima e, seria hilário se não fosse trágico, pois dos quatorze pontos avaliados pelo Ministério da Agricultura na ADERR, todos foram reprovados. Af, ficamos nos perguntando: Qual a razão de existir da ADERR, pois não faz o dever de casa, não cumpre com o seu papel? Só para vocês terem uma idéia, o relatório é muito extenso e foi realizado pelos auditores **Bernardo e Daniel Vilela** no final do ano passado e concluiu no mês de março. Foi enviado para o Governo do Estado e, o que vimos na semana passada? Vimos que o Governador inaugurou o novo prédio da Agência de Defesa. Tudo bem, é um ponto positivo, mas só inaugurar prédio não basta. Nós temos no relatório que das onze unidades da ADERR espalhadas no Estado, Deputado **Erci de Moraes**, as chamadas Unidades de Vigilância Locais, chamadas UVLs, nenhuma dispõe de fax, telefone, papel, enfim, não dispõe de nenhuma estrutura de comunicação para alimentar o banco de dados central da Agência de Defesa e para que esta possa alimentar os dados do Ministério da Agricultura.

A campanha de combate à febre aftosa é uma campanha realizada tripartite entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Pois bem, os escritórios não têm estrutura nenhuma, há pouco material humano, os formulários são desconformes do que preceitua o Ministério da Agricultura. Que fiscalização é essa que estamos fazendo? Qual a finalidade da nossa ADERR?

Só para vocês terem uma idéia, vou ler alguns pontos do relatório.

Em relação aos veículos da ADERR, não há registro consistente do uso desses veículos e das respectivas atividades realizadas.

Em relação à comunicação; os meios de comunicação são insuficientes, não existindo telefones, fax, rádio ou internet nas Unidades de Vigilância Locais.

Em relação aos recursos financeiros, o Ministério da Agricultura fez um convênio com a nossa Agência de Defesa, no ano passado, de cerca de quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais, dos quais, no mês de agosto, apenas quarenta e seis mil reais tinham sido executados. Até para gastar dinheiro eles não estão conseguindo fazer diante da inoperância da nossa ADERR. Nós temos aqui em relação ao cadastro das propriedades, que é grave, Deputado **Chicão da Silveira**, um relatório que diz que houve relato de cadastros duplicados em função de falhas durante a etapa de campo do cadastramento. Bem, Deputado **Célio Wanderley**, os cadastros foram realizados provavelmente para que pudessem fraudar a obtenção de crédito rural. Não é o Deputado **Ionilson** que está levantando nenhuma questão. Isto está no relatório que, inclusive, foi enviado para o



Governo do Estado, Deputada **Aurelina**.

Sobre o controle de trânsito; a fiscalização de trânsito de animais e seus produtos e subprodutos apenas iniciou próximo a realização da auditoria. Quer dizer, não existia praticamente controle de trânsito nenhum. E, a Assembleia Legislativa deu um voto de confiança para a ADRR quando se criou a agência de defesa, quando nós criamos o fundo que, inclusive, não foi implantando e, infelizmente, nós não vemos uma ação efetiva da ADRR, até no dia em que aparecer um foco de febre aftosa neste Estado.

Em relação à vacinação que eu considero o item mais importante dessa auditoria, não ficou demonstrada a existência de metas para a fiscalização de vacinação nas diversas propriedades rurais do Estado. A distribuição das vacinas, as revendas ocorrem à margem do acompanhamento oficial, não existindo na agência de defesa do Estado um procedimento definido de fiscalização. Não existe cobrança para que as revendas remetam as informações de comercialização das vacinas nas agências de defesas. Então, esse controle é praticamente inexistente. Você não sabe como é que essas vacinas são acondicionadas. Se estão em temperaturas corretas. De que forma esses produtores levam essas vacinas para as suas propriedades e se ela vai ter eficácia. Infelizmente, a ADRR está deixando de cumprir com o seu papel.

No controle de trânsito dos animais em todas as unidades foram constatados erros de preenchimento de GTA, falta de preenchimento dos campos relativos às vacinações contra febre aftosa e brucelose. E assim missa a GTA durante a etapa, sem comprovação de vacinação. Isso é gravíssimo! Deputada **Aurelina**, Vossa Excelência que é veterinária, a Senhora sabe que isto são denúncias graves.

Nesse relatório foi verificado que em todas as unidades de vigilâncias locais aditadas, produtores adquirem vacinas em quantitativa inferior ao total de animais cadastrados, sem que nenhuma medida corretiva seja tomada. E a situação foi verificada, inclusive, na ficha da propriedade na qual foi registrado o último foco de febre aftosa do Estado. O que é que ele quer dizer com isso? Em 2001 nós tivemos um foco de aftosa, se eu não me engano, numa propriedade lá no município do Caroebe. No relatório do Ministério da Agricultura ele diz que o desleixo é tamanho que nem nessa propriedade onde houve o foco de febre aftosa a ADRR conseguiu fiscalizar. O número de vacinas comprado para vacinar o rebanho daquela propriedade é inferior ao rebanho informado pelo proprietário. Quer dizer, nem lá onde houve o foco de aftosa a ADRR conseguiu fazer a sua fiscalização. Observamos declarações de vacinas com erros graves, ausência de rebanhos, rasuras, número de doses insuficientes para vacinação do rebanho e falta de infraestrutura.

Na semana passada eu estive visitando a Unidade de Vigilância do município do Amajari. Estavam lá os técnicos, se não me engano, dois veterinários e mais um servidor com a maior boa vontade possível. Mas a falta de infraestrutura deles é tamanha que eu nem sei se podemos cobrar tanto daqueles técnicos que lá estão.

Então, é preciso que um governo que diz que vai fortalecer o setor produtivo, Deputado **Chicão da Silveira**, que tem preocupação com o nosso rebanho, que tem preocupação em dar condições para que as pessoas possam produzir o que está titulando as terras, segundo ele, que está criando mecanismos para que as pessoas possam vir a se desenvolver e criar uma base econômica no nosso Estado, não tenha o mínimo de bom-senso e de observação de ver que a nossa agência de defesa é de fundamental importância para que isso possa de fato ocorrer. Parece que ninguém toma conta de nada. Está tudo entregue às baratas, tudo ao Deus dará!

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado **Ionilson**, o Senhor tocou num ponto que com exceção dessa questão do recurso que eu não verifiquei, nem vivi, eu não sei até onde não foi usado ou foi desviado. Tudo o que o Senhor falou eu acho que é a mais absoluta verdade. Eu sempre digo aqui que o Governo Federal bate continência para o chapéu alheio. No tempo em que a responsabilidade da fiscalização no controle de zoonoses era do Governo Federal, o Ministério da Agricultura nem caminhava para saber onde existia uma fazenda. Então, ele nunca fiscalizou. Passou a competência através de convênio para o Estado, que sempre é aquela miséria de recursos que não dá nem para comprar o transporte. Geralmente, é para treinamentos, para cursos, para custeio. São esses os recursos que o Governo Federal repassa, quando se pensa em assistência técnica, em defesa e tal. Eu dou um desconto para a agência de defesa, pelo fato de ela estar se estruturando. Aqui é difícil. Por exemplo: O Ministério da Agricultura é tão cego que em algumas sedes de municípios, em localidades onde ele fez o relatório, nem há condições de ter fax, internet, telefone sequer. E eles relatam como uma falha.

Eu sei que há falhas. A agência de defesa teve a sua primeira sede agora. Foi uma instituição que nós criamos aqui em 2007. Começou sua implantação em 2008. Não tem ainda, sequer, um quadro de pessoal próprio. Ela está funcionando com servidores da Secretaria de Agricultura até agora. Consegui fazer um processo seletivo pequeno para começar a implantar unidades no interior. Então, eu acho que ela está se estruturando. Eu fui fazer uma visita na inauguração da nova sede e ficamos preocupados com a estruturação das unidades do interior.

A questão da vacinação é um sistema que o Brasil usa que, para mim, é falho, igual ao que eles identificaram aí. Mas quando o Ministério da Agricultura fazia era pior. Isso eu posso afirmar. Então, há muita coisa errada. Eu estou achando que esse relatório, até estou falando porque me surpreendeu a leveza das críticas, era para ser pior, devido à instituição estar começando e todo mundo saber que ainda não está estruturada nesse sentido. Eu acho que pior é um relatório de um órgão que acusa um escritório de não ter internet, de não ter fax, de não ter telefone, quando no município nem há as redes disponíveis. Aí eu acho pior. O que eu quis dizer Deputado, é que nos dois anos que a ADRR existe, tentando se estruturar, os problemas já minoraram muito. Existem vários problemas de toda ordem ainda, mas o tempo de existência dela ainda não foi suficiente para que alcance o nível de desenvolvimento que a gente gostaria que alcançasse. Era isso. Obrigada, Deputado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. - Em relação ao que a nobre Deputada **Aurelina** falou, eu afirmo que é verdade. A Agência é nova, mas o mínimo necessário ela tem que fazer. Há coisas que sem dinheiro dá para fazer. Parece que tudo que se cobra aqui na Assembleia Legislativa esbarra na condição financeira. Costuma-se transferir a responsabilidade apenas para o Governo Federal dizendo que este não ajuda. Enfim, cadastrar as propriedades, ter um controle das revendas de vacinas nos estabelecimentos que as revendem, eu acho que não dependem de uma grande disponibilidade de recursos, porque a agência tem o seu próprio corpo funcional, há veículos à sua disposição e poderia se trabalhar melhor essa questão. Muito dos problemas relatados acredita que sejam problemas de gestão. Não são questão e recurso financeiro, é preciso organizar esses serviços, discutir com o Ministério da Agricultura como organizar melhor o serviço, não deixando os nossos produtores penalizados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Só para enriquecer o seu pronunciamento, este final de semana, no São Luiz do Anauá, fomos procurar o sal que foi trazido pelo Projeto de criação de carneiro do Senador **Augusto Botelho**, e ele está lá estocado até agora, e o técnico diz que não pode entregar por não ter autorização e nem transporte. Isso só para o Senhor ver. Quando era época de campanha política, todos os técnicos andavam com os carros deles nas vicinais oferecendo anistia do pagamento da compra do gado para votar no Governo atual, nós temos fitas gravadas disso. Eu só estou falando que é falta de gestão porque se eles quisessem distribuir esse sal, os próprios colonos vão lá pegar o sal. Então, é pura falta de compromisso e gestão. Se fosse direcionado para os grandes produtores, já teria acontecido com toda naturalidade, e o pior é que os pobres dos colonos não têm coragem de reclamar.

Segundo informação do técnico, o sal só vai ser distribuído quando vierem outros técnicos de Boa Vista. E, eu pergunto será que esses carneiros vão morrer por falta de mineral? Eram essas as minhas colocações

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio de Souza** - Vou encerrar apenas com um tópico desse Relatório de fiscalização.

Dizem os auditores que, durante o acompanhamento das atividades de fiscalização e revenda, foram detectadas, ainda, falhas como deficiência de registro, ausência de termômetro de máxima e de mínima nos estabelecimentos, de revenda, falha na contagem das vacinas e inspeção nas geladeiras, presença de frasco de vacina contra febre aftosa em estabelecimento com estoque zerado, falta de registro de temperatura por ocasião de inspeção, inobservância da validade de registro nos estabelecimentos e presença de alimentos para consumo humano como carne e refrigerantes juntos com os vidros de vacinas. Quer dizer, eu creio que poderia se melhorar muito a questão dessa fiscalização e do trabalho da ADERR. Independentemente da questão orçamentária e de recursos, é preciso que o Governo do Estado veja isso. Já há cópia do relatório, ele já foi enviado ao Governo do Estado para que possamos ter uma nova ADERR, com uma nova cara, fazendo e cumprindo com o seu papel. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, na verdade, uso do expediente para justificar um pronunciamento que fiz como vice-líder do Governo, em relação às



denúncias feitas pelo nobre colega, Deputado **Flamarion Portela**, sobre o processo da empresa Face Engenharia e Construção. A denúncia foi feita na terça-feira e na quinta-feira foi ratificada pelo nobre colega.

Deputado **Flamarion** e demais colegas, como Advogado, fiz uma pesquisa para ver a legalidade do processo. Tive acesso ao processo e quero citar aqui o artigo nº IX da Lei nº 8.666.

“Não poderá participar direto ou indiretamente da licitação, ou execução de obras, serviços e fornecimentos de bens a eles necessários”:

Inciso I – o autor do projeto;

Inciso II – empresa isoladamente ou em consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista, detentor de mais de 5% do capital;

Inciso III – servidor dirigente de órgão da entidade contratante;

O que quero deixar claro aqui, é que não conheço pessoalmente a Senhora **Fernanda Riso**, Secretária da Secretaria de Bem Estar Social, não tenho qualquer tipo de amizade com o Senhor **Ítalo**, muito menos com sua sogra. Fazendo um resumo das minhas palavras, não há normas expressa impeditiva desse contrato. Ele atende todos os requisitos no princípio da legalidade, excluir do certame a empresa em razão do parentesco, é uma afronta aos princípios da igualdade, da legalidade e da livre participação. Algum nobre colega poderia citar o da legalidade, mas, Senhores, como operador do direito, eu digo o seguinte: no da moralidade, todos os estudos mostram ISS. A doutrina diz isso: nunca pode sobrepor-se ao da legalidade e, se esse processo não tivesse atendendo todos esses requisitos, não estariam aqui fazendo essa defesa e, na verdade, não é uma defesa, é uma justificativa do meu pronunciamento, pois acho que a sociedade precisava de uma resposta em razão disso. E outra, não foi feito em Plenário esse compromisso, foi em uma entrevista, é a respeito do que foi citado aqui pelo Deputado **Flamarion Portela**, também a respeito da paralisação dos programas sociais. Não tive nenhuma resposta oficial, mas a informação que obtive é que a culpa está no recadastramento, do Vale - Solidário, mas me comprometo aqui de, na quinta-feira, falar dos requisitos desses que estão em atraso. Falarei quais são os requisitos para esse cadastramento, o porquê da memória, vou cobrar isso da Senhora **Fernanda**, vou conhecê-la pessoalmente agora nessa audiência que pedi para marcarem com ela. Outra, na SEAPA, houve paralisação também, a informação, a resposta que eu tive de maneira informal é que, também, está havendo recadastramento em relação ao pró-custeio. Não sei se isso procede. Vou falar com o secretário na quinta-feira e justificar isso aqui também, Deputado **Flamarion Portela**, e também obtive outra informação, também de maneira informal, a respeito da Bolsa Estudo e a informação é que está sendo realizado um estudo na SEFAZ, para voltar esse programa agora no segundo semestre. Era o que eu tinha a dizer. Obrigada.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do dia com a Discussão e Votação, em Turno Único, da Proposta de Moção de Pesar número 013/11, à família do Senhor Deputado Federal **Luciano Moreira**, de autoria da Mesa Diretora; Discussão e Votação da Proposta de Moção de Pesar nº 012/11, ao povo Maranhense, pelo falecimento do Senhor Deputado Federal **Luciano Moreira**, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Picanço; Discussão e votação, em Segundo Turno, do Projeto de Lei Complementar nº 002/11, que “Fixa o índice de revisão Geral Anual, preceituado no artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988, exercício 2011, para subsídios dos membros ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima”, de autoria da Defensoria Pública; Discussão e Votação, em Primeiro Turno, da Proposta de Emenda constitucional nº 001/11, que “Acresce dispositivos ao artigo 12 da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria de vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 013/11, à família do Senhor Deputado Federal **Luciano Moreira**.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Lida Moção de Pesar nº 013/11.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão a Moção de Pesar nº 013/11.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero lamentar a morte do Deputado **Luciano Moreira**, conterrâneo maranhense. Sou um defensor da vida, então, acho que é uma perda muito grande para a família. Enquanto político, não tenho muito o que dizer, mas tenho com clareza um pensamento sobre a postura do Senhor **Luciano** enquanto vida pública, tanto no Maranhão como em Roraima. No Maranhão, sempre fez parte da oligarquia **Sarney** que

maltrata e oprime e, o seu **Luciano Moreira** foi peça dessa oligarquia que vem perpetuando há décadas a miséria daquele Estado. Hoje, o Estado mais pobre. E, em Roraima, a sua contribuição não foi grande para o nosso Estado. Há vários indícios de irregularidades em sua gestão, inclusive, ainda estão sendo apuradas, como a questão da EUCATEX, quando ele era Secretário de Educação. Então, eu lamento pela perda da vida, me solidarizo a família, mas enquanto político, ele não foi referência no meu ponto de vista. Era isso que eu queria registrar neste momento.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Continua em votação a matéria. Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 012/11, ao povo Maranhense, pelo falecimento do Senhor Deputado Federal **Luciano Moreira**.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) Lida Moção de Pesar nº 012/11.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão a Moção de Pesar nº 012/11.

Não havendo quem queria discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 002/11, que “Fixa o índice de revisão Geral Anual, preceituado no artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988, exercício 2011, para subsídios dos membros ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima”, de autoria da Defensoria Pública.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 002/11.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 002/11. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não, rejeitam-na”.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 002/11, que “Fixa o índice de revisão Geral Anual, preceituado no artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988, exercício 2011, para subsídios dos membros ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima”, por 20 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Emenda a Constituição nº 001/11 e do parecer da Comissão Especial Interna.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lida a Proposta, bem como o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Proposta de Emenda constitucional nº 001/11.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, trata-se de uma Proposta de Emenda a Constituição que foi apresentada ainda na legislatura passada e tem por objetivo alterar a Constituição Estadual, alterando alguns dispositivos e acrescentando outros à nossa Carta Maior. Nós recebemos a matéria para relatar e apresentamos um substitutivo ao texto e, na verdade, com o objetivo de apenas colocar na ordem crescente os dispositivos, tendo em vista que, o texto original apresentava uma discrepância, ou seja, tinha o artigo 29º, por exemplo, antecedendo o 22º. Contudo, são quatro dispositivos que se altera na Constituição Estadual, um que tem muita relação com a questão da moralidade na coisa pública e, enfim, vejo que essa PEC vem aperfeiçoar a nossa Carta e, gostaria apenas de trazer algumas observações sobre esses dispositivos. O primeiro artigo, que se pretende crescer, é o artigo 22º, e diz o seguinte: Senhor Presidente, “é vedada à administração direta e indireta, contratar com pessoa jurídica cujos titulares cotistas ou sócios gerentes tenham sido condenados por improbidade administrativa ou por força da lei complementar federal nº 135/10”. Quanto a esse dispositivo fazemos o seguinte comentário: Trata-se de observarmos o princípio da moralidade na administração que leva a condição de proibição de contratação com pessoas jurídicas cujos instituidores, sócios ou cotistas tenham sofrido condenação por improbidade administrativa com base na ficha limpa. O outro dispositivo a ser acrescido seria o artigo 29º, que estabelece o seguinte: Os servidores públicos estaduais ativos, inativos e os considerados estáveis, contribuirão com o regime previdenciário único, cuja

arrecadação e aplicação dos recursos financeiros descontados dos servidores e da cota patronal serão administrados pelo Instituto de Previdência do Estado, ressalvada as contribuições legalmente destinadas ao INSS. É um artigo que vem para crescer. Esse dispositivo vai assegurar aos servidores públicos estaduais o regime próprio de previdência do Estado, fato que no momento é questionado por órgãos do Estado. Temos, também, o acréscimo do artigo 110, que estabelece que são vedadas a transferências de recursos financeiros para entidades privadas que não sejam declaradas de utilidade pública estadual ou que não tenham as respectivas prestações de contas dos recursos recebidos aprovados pela Controladoria Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado. A transferência de recursos de Estado para pessoa jurídica e direito privado deve atender aos princípios da legalidade e impessoalidade, bem como ao interesse público, daí necessariamente ser as mesmas declaradas de utilidade pública, bem como ter aprovada suas prestações de contas de recursos recebidos anteriormente pela Controladoria do Estado e pelo Tribunal de Contas. Por que isso? Porque temos notícias de entidades que receberam repasses de convênios e jamais prestaram conta disso, e depois apresentam novamente projetos visando captar recursos para essas entidades. Nós pretendemos, através dessa PEC que tivemos o privilégio de relatar, dar nova redação ao parágrafo I do artigo 111. Este diz o seguinte a nova redação: As disponibilidades de caixa do Estado, municípios e dos órgãos de administração indireta serão depositadas obrigatoriamente em instituições oficiais de crédito, ressalvando os casos previstos em lei. O objetivo é estar relacionado ao princípio da razoabilidade e da legalidade, os recursos públicos devem estar depositados em instituições públicas, ressalvando as situações que ali autorizar. Isso visa dar mais tranquilidade no tocante aonde se vão depositar os recursos. São esses os comentários e solicitamos aos nossos Pares o voto pela aprovação dessa Emenda que foi apresentada no final da legislatura passada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, vou pedir vistas desse processo pelas razões que vou expor aqui. A Constituição Federal e a nossa Estadual são muito extensas, e o que manda o bom senso, é que as Constituições têm que ser enxutas. As matérias daqui são matérias de competências de lei e não matérias constitucionais. Por exemplo: o primeiro artigo, o 22<sup>a</sup>, já existe na lei complementar federal 135. Não é necessário ir para a Constituição, visto que já existe uma lei complementar que trata da questão. O artigo 29 que trata da Previdência dos servidores estaduais que já contribuem para a previdência do Estado e aquelas legalmente destinadas ao INSS, também já são repassadas ao INSS, não têm necessidade de constar na Constituição. As empresas que recebem recursos do Estado mesmo através de convênio dos municípios, se não tiverem uma prestação de contas aprovada, ele não poderá contratá-las novamente. Isso é matéria de lei que já é obedecida. Sobre o artigo 111, parágrafo 1<sup>o</sup>, as disponibilidades de caixa dos municípios e do Estado, é uma interferência nossa em outras administrações colocar na Constituição que ele só pode depositar seus recursos nas instituições oficiais. A liberdade de contratar com instituições particulares com outros bancos também não podem ser vedadas por nós. Eu acho que várias Instituições, inclusive, os Poderes, contratam acordos com outros bancos que não sejam de instituições oficiais, é a prática. Todos esses artigos para não inchar a nossa Constituição são matérias de lei, algumas já existem por força da lei complementar 135/10. O que trata da seguridade também já está em prática. Como eu não fiz parte da Comissão especial, gostaria de pedir vista para que pudéssemos analisar melhor a matéria.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseja discutir a matéria e, obedecendo ao pedido de vista da Deputada **Aurelina Medeiros** pelo tempo regimental, passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero relatar aos meus Pares que eu sempre pautei minha conduta nesta Casa pelo equilíbrio, bom-senso, e sempre com a preocupação de trabalhar sério para que possamos fazer com que nosso Estado cresça e se desenvolva. No entanto, às vezes, somos pegos de surpresa por alguns imprevistos. No Expediente de Explicações Pessoais da última quinta-feira eu me referi entre outras coisas ao papel da imprensa, da mídia em relação às notícias veiculadas naqueles dias, que me parecia que tinham certo encadeamento com a preocupação de contribuir para ressuscitar aquele clima de insegurança que antecedeu os primeiros meses do segundo turno das eleições. Parece que queremos a todo custo institucionalizar um terceiro turno de eleição. Não agredi a imprensa, não usei nada de

referência que pudesse melindrar de forma tão contundente um dos órgãos que eu acho importante para este Estado. A imprensa escrita que é a Folha de Boa Vista, que entendeu que eu creio pamente que a mídia é fomentadora da instabilidade. Ora, se a nossa imprensa tivesse assistido à palestra do eminente jornalista brasileiro talvez pudesse ter agido de outra forma, mas preferiu partir para algo que eu considero uma verdadeira agressão ao caráter, a moral de um cidadão. Quero lembrar aos colegas, principalmente aos que não fizeram parte de outras legislaturas, que naquele triste episódio dos gafanhotos que ainda se arrasta por aí, eu fui um dos raros Deputados que não constei em lista nenhuma, não tive envolvimento com aquilo, mas a Folha resolveu por bem me incluir, dando a entender que eu teria envolvimento e que outros Parlamentares, como eu, estariam contratando assessores de gabinete e retendo os seus salários, fazendo com que devolvessem 80%, e o infeliz ainda tinha que pagar o imposto de renda. Eu sou um homem de diálogo e acho que quem estar no Parlamento deve ser. Ainda vou procurar a Folha para ouvir dos responsáveis o porquê dessa postura desse órgão de imprensa em relação a esse que vos fala e em relação à própria Casa, mas se não houver entendimento, não terei dúvida de ir às barras da justiça para fazer com que a verdade prevaleça. Eu desafio e peço, insistentemente, aos diretores da Folha que se eu tiver envolvimento que me acusem formalmente, pois eu saberei me defender. Gostaria de deixar registrado aos meus colegas e a todos que nos ouvem, que tenho um passado de luta, uma vida transparente neste Estado onde vivo que não se coadunam com esse tipo de avaliação que, lamentavelmente, esse órgão, com o qual eu até então mantinha a melhor das relações, pois sou assinante do jornal, sou anunciante do jornal, sempre isso a imprensa, me dou com seus dirigentes, não sei por que cargas d'água fez contra mim. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, gostaria de manifestar uma preocupação com o município de Normandia que foi bastante prejudicado com essas chuvas, assim como os demais municípios. Mantive contato com um dos secretários da prefeitura solicitando apoio ao Poder Estadual e o que ele deixou bem claro para mim, é que havia um tratamento diferenciado dispensando aquele município porque ele não fazia parte da base governista. Eu fiquei abismado com a situação, inclusive, citaram alguns fatos, a comunidade está isolada, o município estava à mercê da sorte, a presença do Estado efetivamente não estava se fazendo presente e até aquele momento a única ajuda que tinha recebido de concreto era da Assembleia Legislativa com a doação de algumas cestas básicas e da CONAB e, até então, não tinha uma pá carregadeira, uma caçamba, um trator auxiliando a população daquele município que está precisando de ajuda nesse momento. Acho que não podemos agir dessa maneira. Já pensou se esse mesmo pensamento o Governo Federal tivesse para com o Estado, o Governo do PT e do PSDB, mas pelo contrário, o governo do PT, com toda sua base, abriu as portas e de imediato deu resposta ao chamamento da sociedade roraimense através dos seus governantes. Então, quero solicitar ao Vice-líder, Deputado **Marcelo Natanel**, que o Governo do Estado esqueça esta questão partidária e atenda o clamor da comunidade de Normandia.

Também quero registrar que recebi várias ligações por parte dos moradores de Caracará, principalmente daqueles que estavam no abrigo, informando que estão sendo obrigados a voltar para suas casas, sendo que estas ainda não estão preparadas para recebê-los. O poder municipal está obrigando essas pessoas a voltarem o quanto antes, e estão desativando os abrigos, prejudicando essas famílias. Eu acho que é preciso primeiro preparar o local para que essas pessoas possam voltar para suas casas.

Portanto, quero deixar esse fato registrado e, vou até Caracará tentar um contato com o Prefeito, visto que obtive informação da Defesa Civil e da Polícia Militar que esse remanejamento não está feito a contento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Quero me solidarizar com o Deputado **Erci**, sobre o que foi colocado, porque me aconteceram dois fatos interessantes. Por ocasião, quando o Deputado **Joaquim Ruiz** pediu para sair da liderança do Governo, foi noticiado que uma das causas é que o Governador me levou a tira-colo para Iracema, juntamente com os Deputados **Rodrigo e Jalsler**, me levou a tira-colo, foi essa a palavra, sendo que eu não fui lá, não fui convidada e não fui. No dia seguinte, havia uma outra matéria. Quando cheguei aqui, o Deputado **Remídio** me disse: “quando manda você programar a queda das pessoas!”. Eu fiquei sem saber, e ele me disse: “já leu o jornal?”. Estava lá que eu e o Deputado **Remídio** estávamos

confabulando e programando a queda do Presidente. Isso está na Folha de Boa Vista, e eu a estou processando. São duas matérias mentirosas.

Então, isso está se tornando uma prática comum. Não era essa a prática da Folha. Digo isso porque conheço os dirigentes, era um jornal que sempre prezou pela integridade das suas matérias, isso nunca tinha acontecido, fatos verdadeiros que se noticiam, eu não tenho o que contestar, mas fatos mentirosos são muito ruins. A folha nunca precisou disso para ser um grande jornal.

Então, quero dizer ao pessoal da saúde que estão esperando a votação do projeto deles, quero tranquilizá-los, pois nós estamos analisando dentro daquilo que estão reivindicando e não vamos deixar de votá-lo ainda essa semana, só estamos finalizando algumas das reivindicações deles, buscando ampliar o máximo possível o atendimento dessas reivindicações.

O Senhor deputado **Marcelo Natanel** – Gostaria de usar esse espaço para dizer ao pessoal da saúde que quase todos os Deputados se manifestaram favoravelmente às reivindicações deles. Então, sugiro que usemos o Plenarinho para dirimir as dúvidas, e convoco o Professor **João** para dar uma explicação sobre a possibilidade jurídica, para não se criar expectativas e depois se frustrarem. Portanto, após a Sessão, vocês estão convocados juntamente com os demais Deputados para termos uma conversa informal. Muito Obrigado!

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** - Senhor Presidente, quero informar que o que o Deputado **Sampaio** disse a respeito de Normandia não procede. Eu tenho ido aquele Município e vejo que o Governador do Estado tem feito a parte dele. Há algumas semanas atrás assinou o Convênio, tanto da limpeza como, também, o do aluguel de máquinas para amenizar a situação. São equipamentos que vão ser alocados pelo Município, são oitenta mil reais mensais para o aluguel de máquinas e mais a limpeza, ao todo são cento e trinta e cinco mil por mês que o Governo Estadual repassa ao Prefeito **Orlando**, como repassa também para os demais Municípios.

A equipe da SEINF esteve na localidade e viu a situação da BR. Então, o Governo está alocando recursos para amenizar e fazer aquele trecho que rompeu em sete lugares, são quase cinco quilômetros de estradas e, em vários lugares a água levou até quarenta metros de estrada. Lá é preciso que façam um trabalho bem feito e não o paliativo. Amanhã está indo uma equipe do Governo para Normandia, junto com o Secretário **Caca** e algumas pessoas ligadas ao Governo. O Município não está inundado, está isolado, e os gêneros alimentícios e outros bens de consumo estão chegando aos poucos. Hoje mesmo a CER mandou o combustível para não ficarem sem energia. A sua preocupação é válida, mas o Governo tem feito a sua parte. O Prefeito de Normandia não está tendo atendimento diferenciado. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Convido os Deputados: **Marcelo Cabral**, **Sergento Damosiel**, **Erci de Moraes** e **Soldado Sampaio**, para nos reunirmos, após a Sessão, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Peço ao Deputado **Ionilson** que cancele a reunião da Comissão de Meio Ambiente, uma vez que, vai ocorrer a reunião da Comissão de Saúde com os servidores da saúde no mesmo horário. Então, é o inverso, eu convido os demais Deputados para se reunirem na Comissão de Saúde, para ouvirem os servidores da Saúde. Há duas emendas tramitando na Casa, uma do **Soldado Sampaio** e outra do Deputado **Rodrigo Jucá**. Nós precisamos analisá-las na Comissão de Saúde.

Temos que sabatar também o Presidente da Agência de Fomento. A informação que eu tenho é que esta foi prorrogada. Temos matérias importantes para serem votadas e estarmos muito próximo do recesso parlamentar. Se ele não for sabatinado e votado em Plenário, vamos perder o prazo regimental.

Convoco os membros da Comissão de Saúde para nos reunirmos aqui com os servidores da saúde, e vermos o que há na pauta, inclusive, temos que convocar a atual Secretária de Educação.

Quero dizer ao Deputado **Sampaio** que, na semana passada, o Governo liberou para todos os Municípios do interior de Boa Vista o valor de cento e cinquenta mil reais. Do Uiramutã a Normandia. O que estava acontecendo era um problema na conta. Liberava e voltava porque a conta não estava ativada, mas eu acredito que isso já foi resolvido na sexta-feira. Esse problema ocorreu com apenas oito Municípios. Deixo isso aqui para que todos nós tenhamos consciência do que está sendo liberando para que saibamos o que podemos cobrar do Executivo Municipal dentro dos recursos que estão sendo liberados.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Eu tinha convidado os membros da Comissão de Meio Ambiente, mas em função de ter a

reunião da Comissão de Saúde, transfiro para a próxima terça-feira ou para amanhã a reunião da Comissão de Meio Ambiente.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** - Convido todos os Deputados para na segunda-feira, a partir das quinze horas, nos reunirmos para discutirmos o Relatório da LDO. O Deputado **Marcelo Cabral** é o Relator. Provavelmente na quinta-feira, na Comissão, já teremos decidido e, convido todos os membros que fazem parte e que foram designados para suas Comissões de origem, a se fazerem presentes.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu acho que o momento do Parlamento é importante. Eu estou com viagem marcada, só vou chegar à noite, mas confio nos colegas e sei que podem fazer um bom debate. Acho que a respeito da LDO deve ser feita uma boa discussão, não só parlamento, mas uma discussão envolvendo o executivo, outros poderes e, essencialmente, esta Casa. É importante esse debate, esse amadurecimento, não que seja emenda de A ou de B, mas que seja algo construído pelo conjunto, pela idéia solidária de todos os Deputados para que possamos trazer uma contribuição significativa na construção de uma lei de diretriz orçamentária cada vez mais perfeita. Portanto, Deputado **Célio**, estou de público dizendo que vou chegar de madrugada, terça-feira estou aqui, vou me interar do relatório e faremos outros debates e discussões e, a partir daí, preparamos o relatório final para a votação em Plenário, porque dia 30 é o encerramento desse período legislativo. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 22, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella**, **Célio Wanderley**, **Chicão da Silveira**, **Chico Guerra**, **Coronel Chagas**, **Dhiego Coelho**, **Erci de Moraes**, **Gabriel Picanço**, **Jânio Xingu**, **Jean Frank**, **Marcelo Cabral**, **Naldo da Loteria**, **Remídio Monai**, **Rodrigo Jucá**, **Sargento Damosiel** e **Soldado Sampaio**.

Aprovada Ata Sucinta em: 22/07/11

**ATA DA 2028ª SESSÃO, EM 22 DE JUNHO.**  
**41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**  
 = ORDINÁRIA =  
**PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.**  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e dois de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação que será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à leitura do Expediente.

**RECEBIDO DOS DEPUTADOS:**

- Memorando nº 012/11, de 21/06/11, da Deputada **Ângela Âguida Portella**, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 22/06/11.

**EXTERNOS:**

- Ofício nº 122/11, de 20/06/11, da Secretaria Extraordinária de Promoção Humana e Desenvolvimento, parabenizando esta Casa Legislativa pela campanha de arrecadação de alimentos para as famílias atingidas pelas enchentes no Estado.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores que nos dão à honra de estarem aqui na casa do Povo interagindo com Este parlamento, meu bom-dia.

Primeiramente, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de parabenizar o TER – Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima, a todos seus membros, em especial aos magistrados que compõem aquela Corte, pela seriedade, pelo caráter, sobretudo, por fazer justiça.

Deputado **Flamarion Portela**, desde que se deu o início do processo eleitoral, e aí vou frisar, desde as campanhas eleitorais. Vou usar aqui um termo jurídico para enfatizar bem o abuso do poder público por parte do Governo do Estado, foi público e notório que se usou e até se abusou de todo aparato público do poder econômico para manter no cargo o atual Governador.

O uso indevido do aparato público culminou com a compra de votos, e aí vieram os processos, as demandas jurídicas que foram impetradas pelo PT, pelo nosso partido, ou dos partidos da coligação “Para Roraima Voltar a ser Feliz”, ainda mais, pelo próprio Ministério Público que defende e ampara os direitos do povo, os direitos dos cidadãos.

Essas demandas jurídicas começaram a ser julgadas no dia 11 de fevereiro de 2011, a justiça eleitoral se manifestou e fez justiça. Cassou o mandato do atual Governador, e reconheceu que **Neudo Campos-11** seria de verdade o Governador eleito de Roraima. Mas aí, Deputado **Marcelo Natanael**, que é advogado, líder do Governo nesta Casa, existe um princípio que norteia o nosso ordenamento jurídico, que é o princípio da ampla defesa do contraditório, ele daí aquele que está sendo acusado, ao réu, inúmeros direitos, dentre eles, recursos jurídicos para que possa recorrer e defender-se até que sejam exauridas as condições de se manter inocente ou culpado. Esse processo se arrasta até a última instância onde terá o título de transitado e julgado, e a partir daí não haverá mais direito a nenhum recurso.

Mas o dia 11, já cassado, entrou com esse recurso como remédio jurídico chamada liminar, e mantem-se no poder. Ontem, dia 21 novamente, foi a julgamento, Deputado **Flamarion Portela**, e fez-se justiça novamente: os embargos declaratórios foram cassados, mas ainda cabem recursos. Ainda se mantém no poder e terá direito a recorrer.

Mas, venho à tribuna, não só para fazer esses relatos da campanha eleitoral, mas todas as informações, ou relembra-las que são públicas e notórias, são do saber de todos, também para enfatizar que o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Instituto de Criminalista da Polícia Civil do Estado de Roraima, com intuito de elucidar um crime de homicídio ocorrido há poucas semanas no nosso Estado, que culminou com a morte de um grande empresário do ramo de aviação civil, chegou a indícios de um outro crime, de um crime eleitoral. Deputado **Mecias de Jesus**, como diz no Nordeste: “atiraram no que viram e acertaram no que não viram.” O laudo de exame de perícia foi feito na Polícia Civil no dia dez de junho de 2011, em Boa Vista, Roraima, em conformidade com legislação e os dispositivos regulamentares vigentes, e pelo Diretor **Reginaldo Carvalho de Souza**, foram designados Peritos Criminais: **Stefane Pinheiro Ribeiro** e **Roberto Santos Freire**, da SEPAEL, Setor de Perícia de Áudio Visual e Eletrônica, para proceder exames laboratoriais a fim de serem atendidas as solicitações da autoridade policial do 4º DP. Esse laudo pericial foi assinado por três peritos, portanto tem toda a veracidade, e essas pessoas tem a legitimidade de periciar todos os equipamentos que foram utilizados para elucidação desse crime.

Vejam bem, esse laudo feito com base nas mensagens no aparelho celular do Senhor **Vivaldo Nogueira**, o **Vivi**, trouxe à tona algumas mensagens recebidas e enviadas por ele, que é um empresário também do ramo da aviação civil, que tem contratos públicos com o Estado e com a União. Nessas trocas de informações, o empresário troca informações, inclusive, como chefe da Casa Militar, o Senhor **Prola**, com o Governador do Estado, o Senhor **Anchieta Júnior**, como o Coordenador Financeiro da Campanha, e ex-cunhado do Governador **Anchieta Júnior**, informações comprometedoras que nós levam a confirmar que houve abuso do poder econômico do Estado, Deputado **Mecias de Jesus**, nas eleições de 2010/2011.

Gostaria de ler aqui algumas das mensagens enviadas ao Senhor **Prola**, pelo Senhor **Vivi**. “E aí, cadê você? Estou na tua porta!” “Até lá já morri!” “Quero saber se mandou pagar os cento e cinqüenta?” “Como ficou a educação?” e o **Prola** responde “Ok”.

Uma mensagem muito comprometedoras do Senhor **Vivi** para o Senhor Governador do Estado **Anchieta Júnior**. “Aqui em Boa Vista, quarenta votos, autoriza ou não? Valor quatro mil reais.” Isso nos leva a acreditar que cada voto custava cem reais, e que essas pessoas estavam em processo de negociação e teriam como intermediário a pessoa que mandou essa mensagem.

Algumas das mensagens trocadas como Senhor **Marcelo**, que foi coordenador financeiro da campanha e ex-cunhado do Senhor Governador. “**Marcelo!** Estou com o cheque para assinar, estou no PSDB. E aí, me fala alguma coisa.” “tenho quatrocentos mil em haver, preciso com urgência de duzentos mil reais.” “Passando o haras, me liga, eu decolo.”

O **Marcelo** respondendo: “Estou esperando o **PROLA**, na hora que passar pelo haras eu decolo, haras, Suíço direto.” “Posso pousar na residência do Senhor Governador?” É uma afirmação que faz o Senhor **Prola**: “aqui está tudo bem, onde vou pousar?”

Ou seja, são várias informações: “não pousei, tem polícia”. Quer dizer, são mensagens comprometedoras, vale salientar que não foi quebrado o sigilo telefônico de nenhum desses envolvidos, aqui foi feito o exame pericial através dos quais essas mensagens foram identificadas. O próprio laudo diz que existem muitas outras mensagens, mas como não diz respeito para a elucidação do crime, elas não foram colocadas a público, ou seja, elas podem levar à elucidação de outro crime, de um crime eleitoral.

Nós temos também mensagens do **Prola**: “você quer em cheque ou vai esperar o banco abrir?” “até hoje nada” “amanhã passo na sua casa.” “Estou indo para o Sul do Estado, volto domingo.” “onde você está?” ou seja troca de mensagens com o alto escalão do Governo, inclusive, com o próprio Governador do Estado, e que tem contrato com o Estado e com a União.

Deputado **Flamarion Portela**, ainda existe aqui o apelo feito pelo Senhor **Vivi**, ao Senador **Mozarildo Cavalcante**: “bom-dia **Mozarildo**, me ajuda a tirar os ladrões da FUNASA, a diferença de valor não é um milhão, e sim um milhão e setecentos e trinta e seis mil reais”. Vejam a que grau chega o índice de corrupção neste Estado, é o que se faz para se manter no poder, para ganhar uma eleição, ou para roubar uma eleição, para roubar o direito do sufrágio universal, o direito de escolher os seus representantes de uma maneira legal.

Do Senhor **Vivi** para o Senador **Mozarildo**: “Agora teve a emergencial no processo 257000504, o número do pregão 121095, e ganhamos no valor de novecentos e noventa mil reais. E a empresa do outro ganhou a emergencial no valor de um milhão e trezentos mil reais”.

Denúncia de irregularidades, pedido de socorro por conta de corrupção na FUNASA. Gostaria de destacar para os Senhores Deputados que há mais mensagens enviadas, e está aqui o laudo. Está aqui o laudo assinado pelos Senhores **Stefane Pinheiro Ribeiro**, **Reginaldo Carvalho de Souza** e **Roberto Santos Freire**, peritos criminais. Existem mais mensagens enviadas armazenadas na memória do dispositivo, entretanto, não compreende ao intervalo de interesse apuratório, vide requisição de exame, por isso não foram descritas. As chamadas enviadas e recebidas também não foram descritas. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, podendo ser solicitado da própria Secretaria de Estado da Segurança Pública por esta Casa para que seja quebrado o sigilo telefônico, para podermos apurar, já que existem indícios de crimes eleitorais. Nós podemos pedir ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, que tomem providências para apurarmos esses indícios e chegarmos a uma conclusão que de fato e de direito nós possamos ter indefinido esse quadro de instabilidade política aqui no Estado de Roraima, que está mais do que a enchente que, agora, há pouco inundou o nosso Estado. Essa indefinição política, esse quadro de corrupção, situação que se instalou no Estado prejudicando muito mais que essas inundações. Essas inundações talvez tenham atingido cerca de, no máximo, 200 mil pessoas, mas este Governo, hoje, está apanhando toda a população do Estado de Roraima, 480 mil pessoas por conta dessa instabilidade política, por conta dessa falta de compromisso com o povo do nosso Estado, por conta do uso e do abuso do aparato público para sua reeleição. Sofremos antes, durante e estamos sofrendo depois. Aqui existem indícios e cabe a nós, parlamentares, solicitarmos do Ministério Público ou a quem for de direito, para que possamos tomar as providências. O Governador do estado diz em algumas das suas entrevistas, muitas das vezes, que quer o bem do povo de Roraima, pois bem, se quer o bem, é hora de fazer o bem. Eu pediria ao Governador que se quiser fazer o bem ao povo do Estado, renuncie. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, renuncie antes que seja tarde e nos poupe de passar por essa agonia, por este transtorno, pelo sofrimento

que passa todo o povo de Roraima hoje. Renuncie hoje e deixe o nosso Estado ser governado e tomar os trilhos novamente, para que possamos atender as necessidades do nosso povo, para uma educação melhor, segurança, e, assim, voltarmos a ser feliz. E, com certeza acontece, mais cedo ou mais tarde, a verdade vai aparecer, mas enquanto isso, nosso povo está sofrendo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Vossa Excelência iniciou o discurso falando sobre a cassação do Governador. Eu tenho adotado nesta Casa, até pelo o que eu passei e não desejar a ninguém passar desse assunto, eu não entro nessa seara, eu evito debater esse assunto: cassação. É muito ruim para o Estado e para a sociedade, pois a instabilidade não é boa para ninguém. Entretanto, a segunda parte do pronunciamento de Vossa Excelência, ao destacar, aparece que Vossa Excelência tem um laudo original da Polícia Civil, feito pelos peritos do sistema de segurança do estado, ele é grave, grave porque uma pessoa matou um empresário de bem, de uma família tradicional de Roraima, um homem que tinha uma vida como todos nós conhecemos. Ao ser preso, o Senhor **Vivi** com um outro parente, a polícia também apreendeu o seu celular. E os peritos ao terem acesso e periciarem os celulares, chegaram, então, em um primeiro momento, a necessidades uma perícia mais aprofundada, perícia tecnicamente mais rigorosa. Mas os dados revelados por Vossa Excelência são preocupantes. Primeiro mostra essa ligação, esse link, intimidade entre o mandatário maior do Estado e esse cidadão que hoje está na penitenciária, mostra a ligação dele com o seu principal assessor, coordenador financeiro de campanha e, ainda de forma aberta, enaltece a compra de voto: “preciso de 40 mil para comprar votos, topa!” preciso de 300 mil para outro ponto, vai esperar o banco abrir ou chegar, 400 mil para um canto, 300 mil para outro, nós estamos brincando, temos um tesouro nacional em Roraima para produzir dinheiro. Aí, muitas vezes se pergunta, por que o Estado, em situação de penúria, está brincando com dinheiro que é do povo? Eu cobro todos os dias, aqui, cadê os 53 milhões que deveriam ser pagos durante estes seis meses aos beneficiários do vale-alimentação e pró-custeio. E só dos programas, para onde está indo esse dinheiro? Tem que ter uma explicação para disso. Não dá para imaginar um buraco sem fundo, Estado recebe milhões, mês passado o Estado recebeu só de FPE 117 milhões de reais, com mais 40 milhões de ICMS, com mais SIDE, SUS e outros recursos do FDME etc. O Estado gastou 180, 190 milhões de reais, enquanto a folha de pessoal só chega a 33% e, agora, 38%, pra onde vão os 67% dos restantes dos recursos, ninguém vê nada. Mas, aos poucos, vai se revelando o grande saque que está se fazendo neste Estado. E mais, algo que é preocupante, há também link quanto às licitações da FUNASA, o **Vivi** ia apelar para o Senador **Mozarildo**, pedindo socorro, isso quer dizer, rouba num canto, assalta em outro, desvia em outro, até onde vamos? Então, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência, com documentos nas mãos, espero que, a partir daí, seja encaminhado às autoridades competentes para se aprofundar, e confirmar realmente a grandeza e profundidade dessa denúncia. Parabéns.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Deputado **Brito**, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, mas permita-me fazer uma observação. Enquanto existir reeleição de Governador, Prefeito, nós vamos vivenciar essa guerra de tribunais, não quero ser advogado de defesa. Vossa Excelência tem formação acadêmica em direito, também Deputados como **Marcelo Natanael**, Coronel **Chagas**, **Aurelina Medeiros** com conhecimento profundo em direito, são pessoas dedicadas, não só por formação, mas que buscam o conhecimento. Essas divulgações foram precipitadas, o inquérito que tramita em sigilo não poderia estar havendo divulgações, esse carnaval de notícia circulando no Estado. A aplicação da pena deveria ser mais branda pelo tamanho do crime cometido. Agora perda de um mandato, porque alegam o uso do aparelho público de divulgação de um governo, através da imprensa, a aplicação dessa pena é muito grande pelo tamanho do crime. Acho que tem que prevalecer o bom senso. Eu sempre digo que juiz e promotor deveriam vir de famílias pobres, humildes, que conhecem as dificuldades. Não se pode penalizar uma mãe de família que vai ao supermercado, rouba uma lata de leite, colocá-la na cadeia da mesma forma que o cidadão rouba uma vaca leiteira. Então, a mesma coisa é a nossa legislação eleitoral, não podemos generalizar a imputação da pena. É preciso ver a gravidade do crime, o juiz eleitoral tinha que ficar dos dois lados da mesa, não podemos atrelar, não quero dizer que o Governador não cometeu crimes, haver arbitrariedade, muito pelo contrário, é da forma

que está sendo feito, o execramento das pessoas que, às vezes, é feita, e depois são provadas de forma inocente, coloca-se perante opinião pública, não vai se conseguir reverter tal situação. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. Obrigado, Deputado **Chicão**, Vossa Excelência falou claramente que, enquanto houver o processo de reeleição, vai ter essas demandas judiciais, por conta de abusos econômicos de quem está no poder. Então, como representantes do povo, aqui na Assembleia Legislativa vamos elaborar um projeto, e acabar com a reeleição no Estado de Roraima. Vamos acionar os nossos Deputados Federais entrar no Congresso Nacional com pedido contra a reeleição. Outra situação, nesse laudo pericial não consta o nome de Vossa Excelência ou número do telefone, nem o meu, nem do Deputado **Soldado Sampaio**, **Flamarion**, **Marcelo** nem do Presidente da Casa, constam o nome e os números dos telefones das pessoas que foram acionadas e que estão realmente fazendo parte da agenda dos arrolados nesse crime. Existe aqui um laudo sobre os números dos telefones que estão criptografados, tentaram de várias maneiras, na Secretaria de Segurança Pública, que isso não acontecesse, e fossem trocados os números, os nomes, que fosse feita alguma peripécia que não envolvesse o nome do Governador. Isso é público, notório, verídico, estou denunciando aqui porque está em minhas mãos, não está em segredo de justiça, trata-se apenas de um inquérito judicial, tem indício de um crime de abuso do poder econômico na compra de voto e captação legal, eu estou propondo a esta Casa que nós buscaríamos junto ao Ministério Público e apurar, é o nosso dever.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado **Brito**, quero parabenizá-lo pelo seu discurso. A atual situação, para nós e a sociedade, não é novidade, todo esse mar de lama envolvendo o nosso Governador **Anchieta**, falo com toda propriedade, acompanhei de perto juntamente com o comitê de combate à corrupção, fazemos várias denúncias e documentamos, com testemunha, vídeo, gravação, com depoimento de pessoas, dizendo claramente que venderam o voto, e que o **Anchieta** e a turma dele pagaram esses votos. Em caso de dúvida, é só chamar o Presidente do Comitê de combate à corrupção, pois está tudo documentado e encaminhado ao Ministério da Justiça, TSE, Senado, Câmara Federal, tudo isso vem desaguar nesta questão. E, no tocante à participação de pessoas diretamente ligadas ao governador, sem sombra de dúvidas, o Chefe da Casa Militar, Coronel **Prola**, que não é referência para ninguém neste Estado, sua moral, truculência, tem uma fama, e a corrupção envolvida neste Estado, inclusive, dentro da Polícia Militar, acusado até por fraudar provas de concurso público e outras questões que envolvem o seu nome, pois ouvi de pessoas ligadas ao Governo que não sabiam porque aquele cidadão permanecia ainda na chefia da Casa Militar, e me disseram que ele tinha o Governador na mão, participou de uns esquemas e está comprovado quais eram esses esquemas, intermediando a compra de voto e altos negócios, negócios sujos.

Então, vou requerer ao comando da corporação que abra inquérito contra o Coronel **Prola**. Um dia desses, nós reivindicamos aqui aumento salarial Deputado **Chicão da Silveira**, e um diretor da nossa entidade disse que estava apoiando o movimento dos trabalhadores do Estado, reivindicando aumento salarial e, o Soldado Brito está respondendo a um inquérito simplesmente porque apoiou os trabalhadores e disse que a categoria iria acompanhar a reivindicação e isso, foi motivo para abrir um inquérito. Então, é uma falsa moral por parte da Corporação, e nós sabemos disso, que não apura, agora quando é uma praça, a chibatada vem forte.

Diante disso, vou requerer ao comando da corporação que abra um inquérito contra o Senhor **Prola**, apesar de que não vai dar em nada, eu sei disso, assim como não deu em nada o concurso dos famosos gênios, onde ele fomentou, onde a sua ex-esposa, seu cunhado foram aprovados no concurso, todo mundo tirou nota 10, ninguém zerou a prova, até as questões que estavam erradas, eles anularam também, porque sabiam que iriam ser anuladas.

Está comprovado que esse governo fomenta e ele apóia, estou me referindo basicamente a pessoa do chefe da Casa Militar, que compartilhou e sabe de todas essas informações, e o que estou falando aqui não é nenhuma inverdade não, tenho como provar tudo que eu estou falando, basta chamar aqui nesta Casa qualquer autoridade, o Comitê de Combate à Corrupção, que vamos ver as filmagens, as gravações, os depoimentos das pessoas. Por isso que não é a toa que o Governador tem 33 processos de cassação representados pelo Ministério Público e pelo seu adversário na época.

Então, quero lamentar, pois é isso que impede a sociedade, de se desenvolver, pois houve várias formas de estelionatos, inclusive a questão do vale solidário, Deputado **Flamarion Portela**, foi um

golpe em cima da sociedade, o Governador prometeu 150 reais e até o presente momento não pagou, se ele quisesse realmente pagar, estaria pagando as pessoas que já estão cadastradas, e aí são 53 milhões que para o Anchieta e para a turma dele não faz diferença, são 53 milhões que iria para a comunidade carente.

Portanto, quero me somar e me comprometer com Vossa Excelência, pois vou requerer ao Comando da Corporação que nos ouça, inclusive, já recebi pedidos de apoio de companheiros da Secretaria de Segurança, que estão sofrendo represálias por parte do Secretário de Segurança, porque vazaram informações e, ao invés do Secretário abrir inquérito contra as pessoas que estão envolvidas, ele quer reprimir quem está contribuindo com essas investigações.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – O Deputado **Soldado Sampaio** falou sobre algumas gravações. Nós também temos algumas gravações aqui, em alguns celulares, onde diz: antigamente era **Neudo**, depois que ele saiu, hoje tudo é Anchieta. Outra: Raniquéle, em quem tu vota? Vai votar em quem? Fala pra mim, fala Anchieta, e a criança repete: o Anchieta. Você vai votar no Anchieta né? Aqui todo mundo vota no Anchieta, e a criança fala: mas para votar mesmo tenho que ganhar uma bicicleta. Que bonitinho, vou falar para ele dar uma bicicleta, você quer? A criança diz que sim.

Então, os indícios de compra de votos são plausíveis. E, para encerrar, eu queria agradecer a Presidência e me desculpar com o Deputado **Mecias de Jesus** por não haver tempo de lhe conceder um aparte. Peço ao Governador **Anchieta** que faça alguma coisa por Roraima enquanto há tempo, renuncie que o povo agradece. Roraima voltará para os trilhos e voltaremos a ser felizes porque teremos um Governador de verdade. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Gostaria de citar o nome daqueles que doaram cestas básicas, alimentos para a campanha. Os Deputados que estamos citando doaram em média 100 cestas básicas cada um: Deputada **Aurelina, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flamarion, Jean, Jalsler, Joaquim, Remídio, Rodrigo, Gabriel, Naldo, Célio, Ionilson**. Sei que os outros fizeram as suas campanhas particulares, mas essas pessoas conseguiram doar em média 1165 cestas básicas. Os nossos servidores doaram mais 153 cestas, veio doação de materiais dos bairros. Além de roupas, utensílios domésticos, nós arrecadamos mais de duas toneladas de roupas, água, fogões, colchões. Arrecadamos em média quase 1500 cestas básicas que prontas tiveram em média 15 quilos. Isso nos dá cerca de 23 toneladas de alimentos arrecadados pela campanha da Assembléia, todas doadas pelos nossos Deputados aqui citados, pelos nossos prestadores de serviços. Queremos agradecer aqueles que doaram e a comunidade. Esse material arrecadado nós distribuímos trabalhamos da seguinte forma: no início aos abrigos maiores porque eles estavam sendo atendidos pela Defesa Civil aqui na cidade, enquanto não chegava socorro para o interior. Então, nós distribuímos 180 cestas básicas para o município do Uiramutã, 100 para Iracema, 300 para Caracará, 100 para o Caroebe, 150 para Normandia, 150 para o Bonfim, 100 para Mucajá, 100 para a Prelazia, doamos mais de 200 cestas à população de Boa Vista. Nós identificávamos as pessoas que procuravam a Assembléia e a nossa equipe se deslocava os endereços fornecidos e as pessoas, muitas vezes, estavam em casas de parentes, os quais não tinham sequer o que comer quanto mais meios para sustentar os que ficaram desabrigados. Para todas essas comunidades nós doamos roupas, água mineral, colchões, fogões, todo material que chegou à Assembléia. Foi uma campanha bonita, o Estado de Roraima não tem só malefício, não há só notícias ruins, aqui tem muita coisa boa, muita gente boa, a solidariedade impera nesse Estado. Estamos encerrando a nossa campanha e queremos agradecer de coração ao povo de Roraima, aos nossos prestadores de serviços e fornecedores, aos servidores, aos Deputados que fizeram essa campanha ser forte, sólida para atender a um número tão grande de pessoas.

Aparte concedido ao Senhor Deputados **Flamarion Portela** – Vossa Excelência é uma pessoa trabalhadora, dedicada, assumiu mais uma vez essa missão e deu conta do recado com muito brilhantismo, responsabilidade e êxito, conseguiu envolver os nossos servidores. Eu que venho com muita frequência a Assembléia, vai as equipes trabalhando, todos engajados, além dos que estavam nas ruas e, mais uma vez, a sociedade de Roraima mostrou seu grau de solidariedade, de compaixão, de senso de partilha, há pessoas que, às vezes, têm tão pouco, mas com o pouco que ela tem, acha que é capaz de dividir com alguém que está mais necessitada. Eu ouvi um dia uma entrevista de Vossa Excelência em que citou o exemplo de uma senhorinha que ao ser visitada pelas nossas equipes disse que não tinha nada para dar

naquele momento, e se dispôs a dar o brinco para ser transformado em dinheiro para comprar alimento para atender as pessoas mais necessitadas. Para quê exemplo mais bonito? Para quê simbologia maior? Às vezes a gente não pode partilhar o bem material, mas pode partilhar o abraço, o sorriso, uma boa conversa. Isso também conforta. Cristo disse: “não só de pão vive o homem, mas também das palavras que saem da sua boca”. Eu acho que a campanha da Assembléia foi exitosa. Nós demos a nossa contribuição. Enquanto representantes do conjunto da sociedade, nós estamos presentes de forma concreta, não só com o discurso, não só com a palavra, mas presentes com a ação.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** continua – O Senhor não sabe o quanto nos orgulha o posicionamento dos Deputados que tomaram a frente dessa campanha doando alimentos, indo para as ruas participando com nossos servidores. Eu queria dizer que ouvi muitos elogios fora daqui de que a Assembléia não é só a coisa amarga, não é só a denúncia, a sua função vai mais além, ela tem várias funções, ajudar o próximo, estar perto das pessoas, o que talvez seja a sua função mais nobre. Muito obrigada a todos em nome do nosso Presidente, da Mesa Diretora, dos Deputados. Aos servidores não precisamos nem agradecer, vocês são isso que demonstram ser mesmo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Em primeiro lugar gostaria de parabenizá-la pela iniciativa, por estar à frente dessa arrecadação. Quero parabenizar os servidores da Casa que realmente vestiram a camisa, todo mundo tentando fazer a sua parte, a campanha repercutiu na sociedade, principalmente, pela forma como Vossa Excelência conduziu a distribuição. Eu sei que Vossa Excelência recebeu pressão, atende fulano, e sei que atende todos de maneira igual, deu prioridade aos municípios, como no caso Caracará, Normandia, Uiramutã, os Prefeitos ficaram felizes com a participação da Assembléia. A campanha foi uma grandeza e eu não imaginava que chegasse a tanto. A senhora está de parabéns pelo trabalho. Fizemos também a nossa parte, visitamos Caracará, trabalhei bastante para dar estrutura aos companheiros policiais e aos bombeiros que estavam lá 24 horas dando suporte, pois o Estado não conseguiu fornecer a estrutura devida a esses trabalhadores e eu tentei ajudar com uma pequena parte para que eles pudessem cumprir suas tarefas com louvor. Gostaria de solicitar que tivéssemos atenção especial nesse momento de ressaca. Ontem eu fiz uma colocação no tocante a Caracará, e gostaria de pedir ao Presidente atenção especial, a esse município, visto que algumas pessoas estão sendo retiradas dos alojamentos sem que suas casas estejam realmente preparadas para recebê-las. Se tirem essas pessoas dos alojamentos, dos abrigos e devolvê-las para as suas casas de origem sem que essas não estejam preparadas com a fossa, com a limpeza adequada, essas pessoas, com certeza, vão adquirir algum tipo de doença. Então, eu queria intervir junto a Vossa Excelência que tem todos os méritos nessa altura do campeonato para junto a Defesa Civil, exigir que primeiro se faça uma limpeza, uma higienização das casas para depois remover essas pessoas.

Eu queria reiterar aquilo que falei ontem com relação à Normandia. Os moradores ainda estão aguardando ajuda do Estado. Conversei agora com o Deputado **Marcelo Cabral**, e ele está se esforçando para que Normandia seja atendida o quanto antes possível e seja assinado o convênio, mas o dinheiro não caiu ainda na conta das prefeituras. A Prefeitura de Normandia está por conta ainda. Nós sabemos que existe boa vontade, existe um grande esforço por parte da Assembleia, por parte da Defesa Civil, mas, efetivamente, a Prefeitura de Normandia ainda está só com um tapinha nas costas. O Vice-Governador esteve lá ontem. Inclusive, está de parabéns. Quero aqui reconhecer a postura do Vice-Governador Chico Rodrigues que tomou a frente, vestiu a camiseta, acompanhou e continua acompanhando os quatro cantos do Estado nessa operação. Peço a Vossa Excelência uma atenção especial, Presidente **Chico Guerra**, a situação de Caracará e, também, ao município de Normandia. Era isso. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** continua. – Obrigada Deputado. Inclusive, eu sou testemunha. Fui a Caracará juntamente com Vossa Excelência, com o Deputado **Flamarion** e o Deputado **Chagas**.

O Deputado **Chico Guerra** que está ligado àquela região, o Deputado **Jalsler**, todos estiveram lá. E, não vamos nos estender mais. Nós vamos anunciar, vamos convidar os Deputados e vamos criar, aqui, a Semana da Solidariedade. E, se Deus quiser, em dezembro, no natal, vamos fazer uma campanha para ajudar as famílias que não têm sua cesta básica de natal. Nós vamos fazer jus, se Deus quiser. Obrigada a todos, ao povo de Roraima, aos nossos servidores e aos Deputados pela campanha que se encerra hoje. Muito obrigada.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 010/2011, em que fica denominado o nome da Escolegis: Escola do Legislativo Deputado Afonso Faccio; de autoria da Deputada **Ângela Portella**, do Projeto de Lei nº 039/2011, que corrige em 5% os valores constantes do anexo 1 e 7 da Lei 153, de 1º de outubro de 1996 e suas alterações, que “dispõe sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Roraima e dá outras providências”, Iniciativa do Ministério Público. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 014/2011, que altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 003/94, que “dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”; iniciativa do Ministério Público.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei nº 039/11 e ao Projeto de Lei Complementar nº 014.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura da Moção de Pesar à família da Senhora Maria Júlia Lima Reis pelo seu falecimento ocorrido no dia 21 do corrente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lida a Moção de Pesar)

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão a matéria. Em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento, assinado pelo Deputado **Ionilson Sampaio** e vários Deputados, requerendo, após ouvir do plenário que seja encaminhado ao Diretor Presidente da CAER para que o mesmo envie a esta Casa de Leis, no menor espaço de tempo possível cópia na íntegra do processo, cuja cópia da ordem bancária encontra-se em anexo, no qual o Presidente daquela empresa é o ordenador de despesa e o interessado, conforme publicado no Jornal Folha de Boa Vista, edição 6.362, nesta data, na página 10.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será simbólica: Os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por Aprovado o Requerimento.

Comunico a retirada do Projeto de Resolução nº 010/2011, de autoria da Deputada **Ângela Portella**, por ela não se encontrar no plenário e colocá-lo na pauta da próxima sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 039/11, bem como o parecer da Comissão em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Lei nº 039/11, e parecer da Comissão)

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão

a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, passamos para votação. A votação será eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado em turno único o Projeto de Lei nº 039/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 014/2011, bem como, o parecer das Comissões.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Lei nº 014/1 e Parecer da Comissão)

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão a matéria.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, passamos para votação.

Comunico aos Senhores Deputados que nos termos do Artigo 188, Caput do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar será aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, 13 votos favoráveis.

Solicito ao técnico que libere o painel de votação.

Em votação. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando “não” estarão rejeitando-a.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, na condição de líder do Governo, quero pedir à aprovação do Projeto.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovado em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 014/11.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passaremos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Gostaria de convidar todos os membros da Comissão de Educação e Cultura para a Sessão comemorativa sobre os 50 anos do Centro Espírita União do Vegetal que se realizará na próxima quarta-feira, no Plenário Valério Magalhães.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Senhor Presidente, faço um convite aos Senhores Parlamentares, colaboradores e público presente, pois realizar-se-á nos dias 27 e 28, no Auditório da Faculdade Cathedral, um evento intitulado “Difusão e intercâmbio técnico, científico-cultural realização e coordenação” da Controladoria Federal, Receita Federal, Universidade Federal, Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda, Secretaria de Educação e a Universidade Estadual de Roraima.

O objetivo geral desse seminário é estimular a participação da sociedade roraimense no acompanhamento e controle da gestão pública por meio social.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Não havendo mais matéria para pauta da Ordem do Dia, e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 28, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 28/07/11







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RORAIMA  
***A Força do Povo***

A Força do Povo  
DO ESTADO DE RORAIMA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO**

